

Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos | PADRE 2025 - 2027

Relatório Final

julho de 2025



Índice

01.	Elementos de Enquadramento do Plano de Ação	4
1.1.	Enquadramento do PADRE II	5
1.2.	Alinhamento com a Estratégia Regional	8
02.	Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos	11
2.1.	Enquadramento do Território de Incidência	13
2.2.	Diagnóstico Territorial - necessidades de desenvolvimento e potencial dos recursos endógenos	15
2.2.1.	Antecedentes Territoriais	15
2.2.2.	Dinâmicas Territoriais	16
2.2.3.	Análise SWOT	32
2.3.	Abordagem Operacional	34
2.3.1.	Racional de Abordagem	34
2.3.2.	Plano de Financiamento por Fundo, Eixo de Intervenção e Objetivo Específico	44
2.3.3.	Contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	45
2.3.4.	Indicadores e Metas	46
2.3.5.	Contributo para o Tagging Climático	47
2.3.6.	Listagem Indicativa de Projetos a apoiar	48
2.4.	Modelo de Governação	54
2.4.1.	Elementos de ordem geral	54
2.4.2.	Elementos de ordem operacional	55
2.4.3.	Plano de Comunicação	58
2.4.4.	Estratégia de Acompanhamento	60
2.4.5.	Experiência do Promotor e dos parceiros e envolvimento e responsabilidades	63

Índice de Figuras

Figura 1. Território de Incidência do PADRE II.....	14
Figura 2. População residente no Algarve em 2021	16
Figura 3. Taxa de variação populacional 2011 - 2021, Algarve	17
Figura 4. Taxa de variação populacional 2001 - 2021 no Algarve	18
Figura 5. Distribuição da População Residente no Algarve com 65 ou mais anos por lugar censitário, em função da População Residente Total, 2021	19
Figura 6. Pirâmide Etária dos Territórios de Baixa Densidade, 2021	20
Figura 7. Índice de Renovação da População em Idade Ativa por freguesia do Algarve	21
Figura 8. Índice de Sustentabilidade Potencial por freguesia do Algarve	21
Figura 9. Índice de Envelhecimento por freguesia do Algarve	22
Figura 10. Índice de Dependência de Idosos por freguesia do Algarve	23
Figura 11. Índice de Dependência de Jovens por freguesia do Algarve	24
Figura 12. Taxa de Emprego (%) no panorama nacional e da região do Algarve [1998 – 2021]	25
Figura 13. Taxa de Emprego (%) por freguesia do Algarve em 2021	26
Figura 14. Taxa de Desemprego (%) Nacional e da região do Algarve [2011 - 2021].....	26
Figura 15. Taxa de Desemprego (%) por freguesia do Algarve em 2021	27
Figura 16. Taxa de População Reformada (%) por freguesia do Algarve em 2021	28
Figura 17. População empregada no setor primário por freguesia do Algarve em 2021	29
Figura 18. População empregada no setor secundário por freguesia do Algarve em 2021	30
Figura 19. Rendimento Bruto Declarado por agregado fiscal à escala nacional e do Algarve [2015 - 2022]	30
Figura 20. Rendimento Bruto Declarado por agregado fiscal por freguesia do Algarve, 2022	31
Figura 21. Organograma do Modelo de Governação do PADRE II	57

Índice de Tabelas

Tabela 1. Freguesias de incidência do PADRE II	14
Tabela 2. Plano de Financiamento por Eixo, Objetivos e Tipologias a mobilizar	44
Tabela 3. Plano de Financiamento por Fundo, Eixo de Intervenção e Objetivo Específico	45
Tabela 4. Plano de Financiamento por Eixo de Intervenção	45
Tabela 5. Matriz de relação entre Objetivos Específicos e ODS.....	46
Tabela 6. Matriz de indicadores e metas.....	46
Tabela 7. Matriz de contributos estimados para o Tagging Climático por Eixo de Intervenção e Objetivo Específico (OE).....	47
Tabela 8. Lista indicativa de operações a apoiar do Eixo I - Património Natural e Biodiversidade ...	48
Tabela 9. Lista indicativa de operações a apoiar do Eixo II – Aldeias Inteligentes	48
Tabela 10. Lista indicativa de operações a apoiar do Eixo III – Reforço e valorização dos recursos em rede	49
Tabela 11. Lista indicativa de operações a apoiar do Eixo IV – Valorizar Recursos e Territórios	50
Tabela 12. Lista indicativa de operações a apoiar do Eixo V – Capacitação e Governança	53
Tabela 13. Lista preliminar de indicadores de monitorização	62



01

Elementos de Enquadramento do Plano de Ação

1.1. Enquadramento do PADRE II

Valorização do Interior - Constrangimentos e Necessidades de Intervenção

Os diversos ciclos de programação dos Fundos Estruturais (da política de coesão, da cooperação territorial, da agricultura e desenvolvimento regional, e mesmo do desenvolvimento sustentável das zonas costeiras) promoveram abordagens integradas dos territórios de baixa densidade do Algarve, com destaque para o Barrocal e a Serra Algarvia.

De um modo geral, essas abordagens combinaram intervenções de qualificação do território (orientadas para a Valorização do interior), de incentivo ao empreendedorismo de pequena escala e base local, de promoção de recursos, produtos e serviços locais.

Estes “propósitos” de intervenção estão em linha com a ênfase colocada no desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade no Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), aprovado pela RCM n.º 102/2007. O PROT Algarve fixa nos seus quatro objetivos estratégicos dimensões cruciais para os Territórios de Baixa Densidade:

- i) Qualificar e diversificar o cluster turismo/lazer;
- ii) Robustecer, qualificar a economia e promover atividades intensivas em conhecimento;
- iii) Promover um modelo territorial equilibrado e competitivo; e
- iv) Consolidar um sistema ambiental sustentável e durável.

Mais em concreto, há cerca de duas décadas, o PROT Algarve no seu Eixo 6 estabelecia o “reforço da coesão territorial e a valorização integrada das potencialidades dos diversos territórios como um dos objetivos estratégicos a desenvolver”. Esta importante orientação para a coesão territorial e para o desenvolvimento regional, mereceu a definição de um programa estratégico específico para abordar o desenvolvimento sustentável das áreas de baixa densidade (PE 09), segundo quatro linhas de intervenção estruturantes:

- i) Desenvolvimento rural;
- ii) Correção de assimetrias regionais;
- iii) Valorização dos recursos endógenos para a fixação de população; e
- iv) Estímulo às iniciativas económicas e empresariais.

Entre as abordagens integradas de Valorização de ativos do território ensaiadas, salientam-se as intervenções de política pública no enquadramento dos sucessivos PO Regionais e PO Agricultura e Desenvolvimento Rural, destinadas aos Territórios de Baixa Densidade, num percurso iniciado com o PIDR do Nordeste Algarvio (1986-1990) e que compreendeu, ainda, o Programa Operacional de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR –

QCAII, 1994/99); as Ações Integradas de Base Territorial (AIBT – QCAIII 2000/2006); o Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE), que vigorou no ciclo de políticas comunitárias que terminou em 2013; e o **Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos (PADRE)**, com financiamento do CRESC Algarve (2014-2020).

Algumas destas intervenções foram objeto de balanço avaliativo, sendo de salientar como principais traços gerais de apreciação (positivos e negativos):

- Centros Rurais / RIME (1994-1999) - Ausência de dotação financeira própria e insuficiente discriminação positiva para o Interior, no caso do RIME, levaram a que a maior parte das pequenas iniciativas financiadas se concentrasse no litoral e, em particular nas cidades, sobretudo, em Faro, o que desvirtuou os objetivos do instrumento.
- Impactos positivos induzidos pelo Programa da Estratégia Regional para as Áreas de Baixa Densidade (abordagem integrada de base territorial no PROAlgarve 2000-2006), com focalização objetiva na qualificação de recursos endógenos estruturantes; todavia, persistiram as fragilidades estruturais que afetam, ainda hoje, o desenvolvimento dos Territórios de Baixa Densidade (problemas de escassez de atividades e, por isso, de emprego local, de dificuldade de acesso à habitação, de mobilidade e de falta de equipamentos coletivos/serviços de suporte, nomeadamente, saúde e educação) que condicionaram o cumprimento do objetivo estratégico de contribuir para atenuar a tendência de esvaziamento demográfico e de abandono empresarial que caracterizam estes territórios; a organização do QCA III centralizou o apoio às pequenas iniciativas privadas inibindo a articulação das estratégias locais desenvolvidas no âmbito do PO Regional, com os Sistemas de Incentivos às empresas.
- Esforço financeiro elevado realizado pelas autarquias, assumindo o papel de principais agentes promotores do desenvolvimento e criando as condições necessárias ao desenvolvimento local, mas sem sequência de iniciativas de aproveitamento económico empresarial, necessárias para “rentabilizar” de forma efetiva aquelas condições criadas, as quais se limitaram a investimentos nas áreas da restauração e do alojamento turístico e de lazer;
- Persistência de um modelo de desenvolvimento público-dependente que não se tem revelado sustentável, nem é desejável no médio/longo prazo, havendo necessidade de fazer uma refocalização da lógica de atuação da

Administração Pública, enquanto agente promotor de condições para o desenvolvimento.¹

No que se refere ao Programa das Aldeias do Algarve, importa anotar alguns elementos que constam na Avaliação Intercalar do PRO Algarve (2008), CCDR Algarve/Consórcio Quaternaire – CEDRU-QU:

- A revitalização e dinamização do tecido económico das áreas de baixa densidades deve processar-se através da adequação dos instrumentos de intervenção às condições organizativas e aos recursos humanos existentes no território e do aperfeiçoamento dos mecanismos de articulação com instrumentos disponíveis noutros programas, p. ex.: o Programa LEADER+;
- Os Grupos de Ação Local deverão articular projetos e ações de sensibilização das populações locais para a tomada de consciência do valor dos seus territórios, da riqueza das suas identidades e da qualidade das suas paisagens (função animação territorial com reforço e competências para a intervenção ativa dos atores locais nos seus territórios.

Numa apreciação de conjunto, em sobrevoo destes elementos de avaliação qualitativa, subsistem como dimensões-problema que interpelam, a expressão da iniciativa endógena de base empresarial em novas abordagens de diversificação económica (p.ex. do Plano de Ação Diversificar Algarve 2030) que enfrentam, entre outros, os seguintes fatores críticos:

Dimensão crítica das procuras urbano-económicas atraíveis para os territórios de baixa densidade (fluxos turísticos e de lazer, dinâmicas de consumo de produtos tradicionais, procura de 2ª residência, ...);

- Incerteza relativa à vitalidade de regeneração do tecido empresarial (sucessão geracional, rejuvenescimento da iniciativa empreendedora, ...);
- Consolidação problemática da intervenção das ADL's nos territórios de baixa densidade face à base estreita do capital social existente;
- Dotação de competências nas vertentes da reconversão profissional e de captação de talentos.

¹ Cf. “Estudo de Avaliação de Impactos das Intervenções do QCA III com incidência específica em Territórios de Baixa Densidade, na Dinamização Empresarial” (2005), Espaço e Desenvolvimento/CCDR Algarve).

1.2. Alinhamento com a Estratégia Regional

No horizonte 2030, os instrumentos de programação que desenvolvem as prioridades da Política de Coesão, nomeadamente em domínios de intervenção que cruzam as temáticas a diversificação económica e a valorização do interior, significativamente relevantes para a Região do Algarve, são fundamentalmente os seguintes:

- i) **Plano de Ação Diversificar Algarve 2030** que traça uma identificação muito aproximada para o enquadramento operativo da Valorização dos Ativos Territoriais de Baixa Densidade (Tipologia de Ações, relação com Objetivos Específicos do PO Regional e Domínios de Intervenção da programação); e
- ii) **Proposta de ITI (Instrumentos Territoriais Integrados) Água e Ecossistemas de Paisagem** – iniciativa conjunta Algarve/ Alentejo -, uma vez que boa parte das aldeias/ vilas do Algarve se situa em território abrangido por este ITI.

Plano de Ação Diversificar Algarve 2030

A problemática da valorização do Interior está presente no campo de objetivos do Plano de Ação Diversificar Algarve 2030 que tem por finalidade acelerar o processo de diversificação da base económica, robustecendo os atores e ativos regionais, tornando-os mais resilientes e aptos para responder a choques externos.

Em concreto, o Plano de Ação identifica, no conjunto de Áreas de Intervenção, a Valorização dos Ativos Territoriais de Baixa Densidade, apresentada na tabela seguinte, numa síntese compreensiva, que estabelece uma forte interação com a perspetiva de criação de uma Rede de Aldeias Inteligentes.

Plano de Ação Diversificar Algarve 2030 – Valorização dos Ativos de Baixa Densidade

Tipologia de Ações	Relação com o PO Regional Algarve 2021 – 2027
OP1 Apoio à melhoria da conectividade (5G) nas áreas rurais e de baixa densidade.	Objetivos Específicos OP1 1.5. Promover a conectividade digital
OP2 Criação de comunidades energéticas, aumentando a utilização de energias renováveis.	OP2 2.1. Promover a eficiência energética e redução das emissões de gases de efeito estufa 2.2. Promover as energias renováveis
OP 4 TeSP - Cursos Técnico Superior Profissionais	2.7. Reforçar a proteção da natureza e a biodiversidade, as infraestruturas verdes e reduzir a poluição
OP5 Ações de valorização económica de recursos endógenos materiais e imateriais de cariz eminentemente público, dando suporte às iniciativas geradas em contexto de parcerias locais (envolvendo entidades públicas,	

Tipologia de Ações	Relação com o PO Regional Algarve 2021 – 2027
associativas e privadas) e em estratégias de desenvolvimento que apostem no reforço e diversificação da base económica dos territórios rurais de Baixa Densidade, através do reforço da sua atratividade, da valorização dos seus recursos diferenciadores, particularmente o património natural e cultural e os produtos de qualidade. • Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, numa lógica de recriação de produtos endógeno, criação de novos produtos, design e marketing inovador para produtos locais (ex. TASA, Rota Vicentina, Rota Algarviana, Puro Algarve, etc.) e aproveitamento da forte marca identitária associada à Dieta Mediterrânica. • Intervenções integradas de requalificação dos espaços e investimentos âncora ligados aos recursos endógenos. • Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos (por ex. Certificação e denominação de origem, aposta em novos canais de distribuição, promoção da dieta mediterrânea, etc.). • Desenvolvimento de atividades associadas ao território, através de equipamentos diferenciadores e de projetos estruturantes dando continuidade às intervenções em curso: Rota serrana de Auto Caravanismo; Requalificação, gestão e dinamização dos mercados municipais; e READY – recursos endógenos e desenvolvimento do turismo ativo. Na tipologia de ações desta Área de Intervenção (Valorização dos Ativos Territoriais da Baixa Densidade), surge referenciada a Rede de Aldeias Inteligentes tendo por objetivo a Criação de programas de intervenção integrados em Aldeias, montando iniciativas inovadoras com recurso a novas tecnologias (rede de aldeias inteligentes), de valorização dos ativos culturais e naturais envolventes, nos princípios da sustentabilidade, sensibilização para a preservação dos ecossistemas e resiliência às alterações climáticas, tendo como objetivo a atração de novos residentes e a criação de empregos verdes.	• 2.8. Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável OP4 • 4.f). Promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação ... OP5 • 5.2. Promover, nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança Domínios de Intervenção OP1 • 032 – TIC OP2 • 046 – Apoio às entidades que prestam serviços que contribuem para a economia hipocarbónica e para a resiliência às alterações climáticas, incluindo medidas de sensibilização • 053 – Sistemas energéticos inteligentes (incluindo redes inteligentes e sistemas de TIC) e respetivo armazenamento • 079 – Proteção da natureza e da biodiversidade, património e recursos naturais, infraestruturas verdes e azuis • 083 – Infraestruturas cicláveis OP4 • 150 – Apoio ao Ensino superior OP5 • 165 – Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos de turismo públicos e serviços públicos • 166 – Proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e dos serviços culturais • 165 – Proteção, desenvolvimento e promoção do património natural e do ecoturismo (com exceção da Rede Natura 2000).

ITI Água e Ecossistemas de Paisagem (Algarve – Alentejo)

O ITI Água e Ecossistemas de Paisagem (em curso de preparação pelas CCDR do Algarve e do Alentejo), deverá contribuir para promover e atrair investimento inovador e demonstrador, coincidente com as especificidades e as atividades predominantes nos territórios abrangidos, valorizando e densificando as cadeias de valor dos recursos e/ou produtos locais.

Em termos territoriais, e no Algarve, este ITI deverá abranger, lato sensu, os territórios do Barrocal e da Serra Algarvia relativamente aos quais deverão ser equacionadas intervenções prioritárias de Valorização do Interior e a criação de Aldeias Inteligentes.

A abordagem deste ITI pretende integrar, num quadro de financiamento plurifundos a proporcionar pelo PO Algarve 2030 (OP5, mobilizando em simultâneo Objetivos Específicos dos OP1, OP2 e OP4, em âmbitos e condições específicas a identificar), pelo PEPAC 2021- 2027 (Eixos Desenvolvimento Rural e Abordagem Territorial Integrada) e pelo POCTEP Espanha – Portugal 2021 – 2027, prioridades relevantes de cooperação, orientadas para:

- i) Melhorar a competitividade empresarial, consolidar o ecossistema científico e tecnológico, e fomentar a digitalização;
- ii) Maximizar o aproveitamento dos recursos endógenos do território e o desenvolvimento de setores-chave da especialização inteligente.

A proposta compreende um conjunto de áreas temáticas de intervenção, na interface Ecossistemas Terrestres e Ambiente/ Recursos Hídricos/ Pessoas e Território, que converge significativamente com este domínio de intervenção da Rede de Aldeias Inteligentes, num contexto territorial que se sobrepõe de forma muito acentuada.

Assim, tem especial alinhamento e interesse considerar intervenções que poderão integrar candidaturas de aldeias à Rede de modo a potenciar os respetivos Planos de Ação neste domínio:

- Construção de infraestruturas de proteção ambiental;
- Promoção do desenvolvimento sustentável e gestão eficiente dos recursos naturais;
- Melhoria da gestão da água na origem;
- Incentivo a boas práticas de pastoreio e criação de animais;
- Conservação da natureza e biodiversidade e criação de corredores ecológicos;
- Programa “Territórios de Água”, utilização de água e coesão territorial;
- Programa do Turismo de Natureza;
- Programa de Valorização de Circuitos Curtos Agroalimentares;
- Incubação empresarial e empreendedora baseada nos ativos territoriais;
- Condomínio de Aldeia.

An aerial photograph of a rugged, mountainous landscape. A winding road or path is visible, cutting through the terrain. In the distance, a small cluster of buildings or a settlement is visible. The overall tone is sepia or brownish, giving it a historical or documentary feel.

02

PADRE II

**Plano de Ação de
Desenvolvimento
dos Recursos
Endógenos**

Em continuidade do Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos (2014 – 2020) e de intervenções de filosofia similar em períodos anteriores de programação, o PADRE II incide nos territórios rurais e de baixa densidade, com ajustes de acordo com as lógicas funcionais dos recursos a valorizar.

Numa perspetiva de posicionamento face aos diferentes instrumentos territoriais, nos quais existem oportunidades de parceria de gestão e de projeto, ao PADRE II cabe reforçar os territórios-centro de recursos na relação com o Eixo 3 – Dinamização de Ativos Territoriais do ITI CIM AMAL identificando e reforçando nos projetos intermunicipais, o papel da AMAL, bem como as articulações com as ADL pelo património próprio de intervenção nos territórios de baixa densidade.

As tipologias de ação enunciadas para o instrumento relativo à Valorização dos Recursos Endógenos, compreendem domínios de intervenção que se encontram descompensados na iniciativa pública municipal para os territórios de baixa densidade. Nesta perspetiva, a AMAL pretende encontrar soluções de envolvimento ativo das ADL, dentro de uma abordagem de continuidade enriquecida mediante atividades de animação socioeconómica dos territórios e em projetos que contribuam para uma efetiva valorização de recursos endógenos.

2.1. Enquadramento do Território de Incidência

O Território de incidência do Plano de Ação de Desenvolvimento de Recursos Endógenos (PADRE) II, têm um enquadramento mais restritivo (nas dimensões materiais) que a abordagem definida para o PADRE I².

As lições da experiência resultantes da Avaliação do PADRE I e dos mecanismos de operacionalização, sugerem ligeiras afinações no território de incidência, privilegiando os territórios não litorais.

A essência do PADRE é a valorização dos Recursos Endógenos e a sua afirmação, enquanto estratégia de agregação de valor e capacidade de atração a territórios com maiores estrangulamentos (demográficos, socioeconómicos, de coesão). Neste contexto, a escolha da dimensão territorial de incidência, não é neutra, assim como não é neutro o enquadramento regulamentar do instrumento no âmbito do Objetivo Específico 5.2.³

Assim sendo, a abordagem à dimensão territorial, no âmbito deste instrumento deve ter em consideração um conjunto de fatores relevantes:

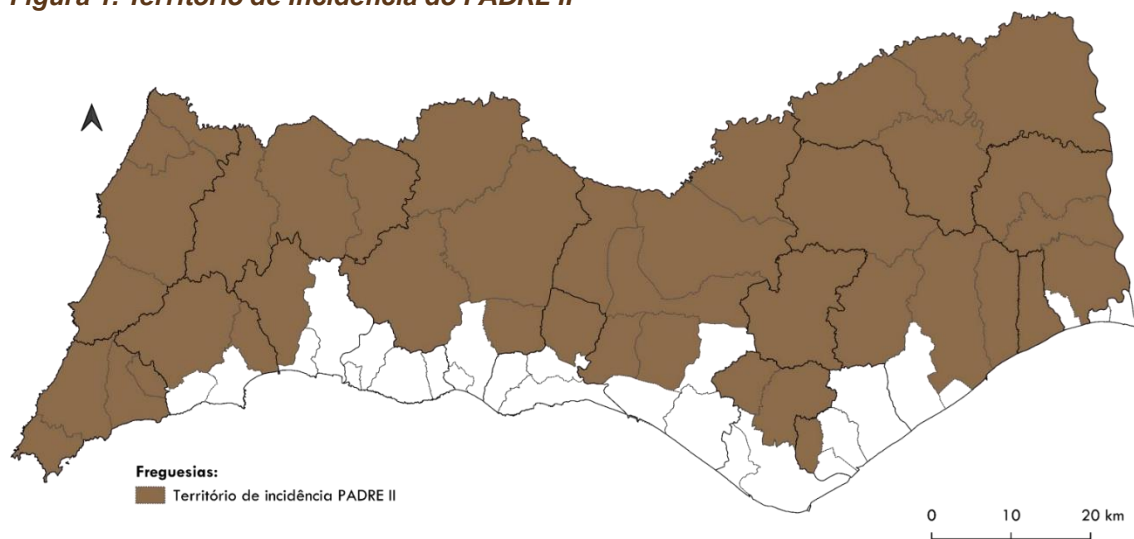
- Estabilidade na operacionalização do instrumento (a consolidação das boas realizações do PADRE I sugere a manutenção de quadros de elegibilidade para os beneficiários destes territórios, consolidando o trabalho realizado);
- Alinhamento organizacional, na medida do possível, com as áreas de intervenção das ADL (que tendo alargado a algumas freguesias urbanas no contexto 2030 contariam a essência da intervenção na esfera do OE 5.2);
- Transparência nos territórios de elegibilidade (reduzir o poder discricionário de elegibilidade das ações em função da natureza territorial dentro de cada freguesia);
- Coerência Estratégica (alinhando mecanismos de e circuitos de valorização e promoção da atratividade dos territórios e dos recursos endógenos);
- Complementaridade (assegurando limites à não sobreposição de instrumentos e de objetivos de estratégicos, mas reforçando sinergias relevantes entre dimensões de valorização do território).

² O PADRE I conjuga três dimensões relevantes, que decorrem da abordagem do Aviso aberto no âmbito do CRESCAlgarve2020: Freguesias de Baixa Densidade, área de intervenção das ADL no contexto PEPACC 23.27 e uma abordagem centrada em territórios com matriz marcadamente rural (na transição entre dimensões litorais e freguesias de baixa densidade).

³ Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas **zonas não urbanas**.

Neste contexto, o território de incidência (sobretudo material⁴) do PADRE II é o seguinte:

Figura 1. Território de Incidência do PADRE II



Os municípios de **Alcoutim, Aljezur, Monchique, São Brás de Alportel e Vila do Bispo**, na sua totalidade.

As seguintes freguesias:

Tabela 1. Freguesias de incidência do PADRE II⁵

Municípios	Freguesias
Albufeira	Paderne
Castro Marim	Azinhal, Castro Marim e Odeleite
Faro	Santa Bárbara de Nexe e União de Freguesias de Conceição e Estoi
Lagos	Odiáxere, União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João
Loulé	Alte, Ameixial, Boliqueime, Loulé (São Sebastião), Salir, União de Freguesias de Querença, Tôr e Benafim
Olhão	Pechão
Portimão	Mexilhoeira Grande
Silves	São Bartolomeu de Messines, São Marcos da Serra, Silves e União de Freguesias de Algoz e Tunes
Tavira	Cachopo, Santa Catarina da Fonte do Bispo, União das Freguesias de Conceição e Cabanas de Tavira e União de Freguesias de Tavira (Santa Maria e Santiago)
Vila Real de Santo António	Vila Nova de Cacela

⁴ Cf. ponto 2.3 relativo à operacionalização das ações de natureza imaterial fora do território de incidência do PADRE

⁵ Sempre que as freguesias entre Lagos e Tavira inclusive, toquem o Litoral e abranjam a Serra, considerar a N 125 como o limite inferior da elegibilidade, excluindo sempre as cidades do Litoral do território elegível.

2.2. Diagnóstico Territorial - necessidades de desenvolvimento e potencial dos recursos endógenos

2.2.1. Antecedentes Territoriais

No âmbito do Aviso ALG-28-2020-12, para a elaboração do Plano de Ação do PADRE I, a Autoridade de Gestão definiu como âmbito Territorial, os Territórios Rurais e de Baixa Densidade/ Abordagens Territoriais, coincidentes com os territórios das DLBC Rurais.

Neste contexto, tínhamos incluído neste território dimensões de matriz não urbana e algumas dimensões urbanas (ex.: Vila Real de Santo António, Monte Gordo, Alvor, Guia e Fuseta).

A operacionalização do PADRE I, levou a que nestas freguesias (ainda que teoricamente elegíveis) ficasse ao poder discricionário do analista a validação da elegibilidade em função da localização do investimento (assumindo a matriz não urbana do mesmo).

Por sua vez, ações de promoção dos recursos endógenos e mobilização de novos públicos para os territórios PADRE estavam excluídas dos centros urbanos do litoral, mesmo ações de animação dos mercados ou promoção da Dieta Mediterrânica tiveram limitações no âmbito da sua intervenção, o que aparentemente limita a eficácia dos objetivos do instrumento.

Nesse sentido, a dimensão territorial da intervenção PADRE merece ponderação, clarificando o território de incidência e abrindo elegibilidade para algumas dimensões imateriais específicas no território urbano.⁶

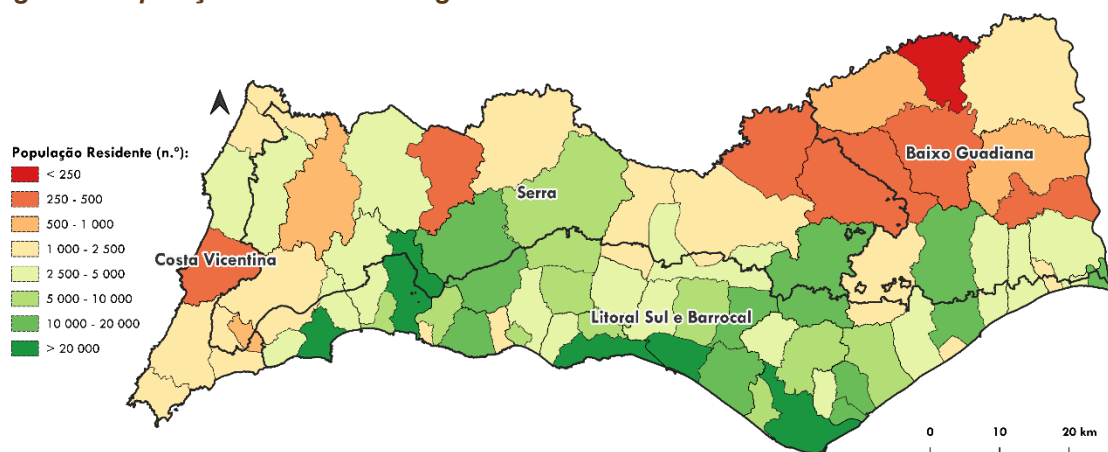
⁶ Ver dimensões de operacionalização no ponto 2.3 face às ações de natureza imaterial fora da área de incidência do PADRE

2.2.2. Dinâmicas Territoriais

Nos termos do último recenseamento demográfico, realizado no ano de 2021 e disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), os territórios de baixa densidade⁷ propostos para a intervenção do PADRE II englobam um total de 41 freguesias distribuídas por 15⁸ municípios da região do Algarve, representando 29,05% da população residente e abrangendo um total de 135 764 habitantes.

Estes territórios enfrentam desafios estruturais de envelhecimento populacional, declínio demográfico, escassez de oportunidades de emprego e baixos níveis de rendimento. No Nordeste algarvio, tais dificuldades assumem particular gravidade, traduzindo-se numa desertificação física e humana acelerada, comprometendo ainda mais o potencial de desenvolvimento sustentável da região. No contexto demográfico, o último recenseamento veio reafirmar o agravamento do despovoamento do interior algarvio e a concentração urbano demográfica no litoral, evidenciada ao longo das últimas décadas na região (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**

Figura 2. População residente no Algarve em 2021



Fonte: Censos da População, INE (2021)

A compreensão da taxa de variação populacional, em territórios de baixa densidade, nos dois últimos períodos de recenseamento (Figura 3), permite corroborar a dicotomia interior - litoral, através da análise da dinâmica demográfica destes territórios.

Os territórios de baixa densidade, tendencialmente localizados no interior regional, frequentemente associados às unidades territoriais do Baixo Guadiana, Costa Vicentina e Serra, apresentaram acréscimos populacionais entre períodos

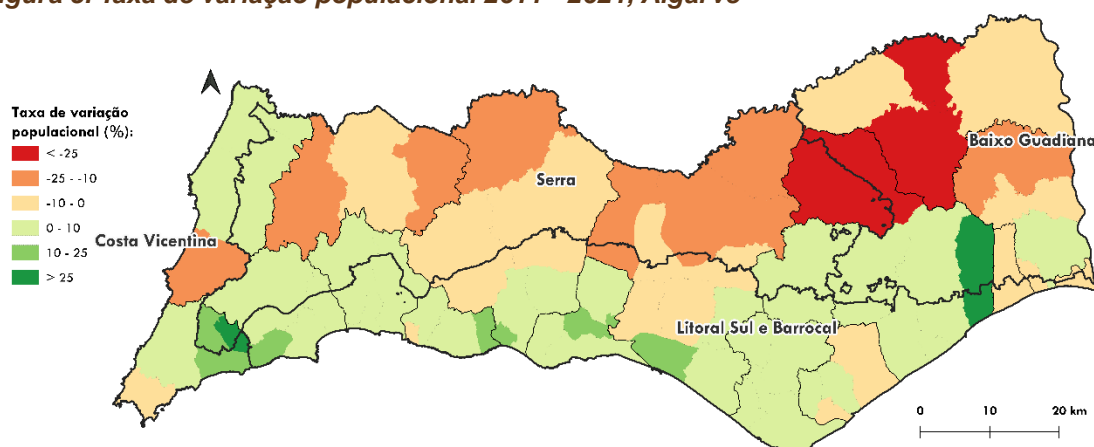
⁷ Os territórios de baixa densidade no caso da região do Algarve, mobilizam territórios de intervenção das ADL (Vicentina, INLoco e Terras do Baixo Guadiana), com ajuste de freguesias (com matriz rural) na transição entre a dimensão urbana e rural envolvendo 49 freguesias, de acordo com a Orientação de gestão n.º3 da AG do CRESC Algarve.

⁸ Lagoa não mobiliza nenhuma das suas freguesias

de recenseamento muito menos significativos que a média regional (0,08% face a 3,62% da região).

Os concelhos de Silves e Loulé, onde temos várias freguesias identificadas como territórios de baixa densidade, são exemplos demonstrativos desta dicotomia interior-litoral, visto serem territórios que se estendem desde a serra algarvia ao litoral sul da região, e demonstram tendência de crescimento nas suas freguesias do litoral, contrastando com a perda populacional exclusiva às freguesias da serra, como são exemplo São Marcos da Serra, em Silves, e as freguesias de Alte, Ameixial e Salir, em Loulé.

Figura 3. Taxa de variação populacional 2011 - 2021, Algarve

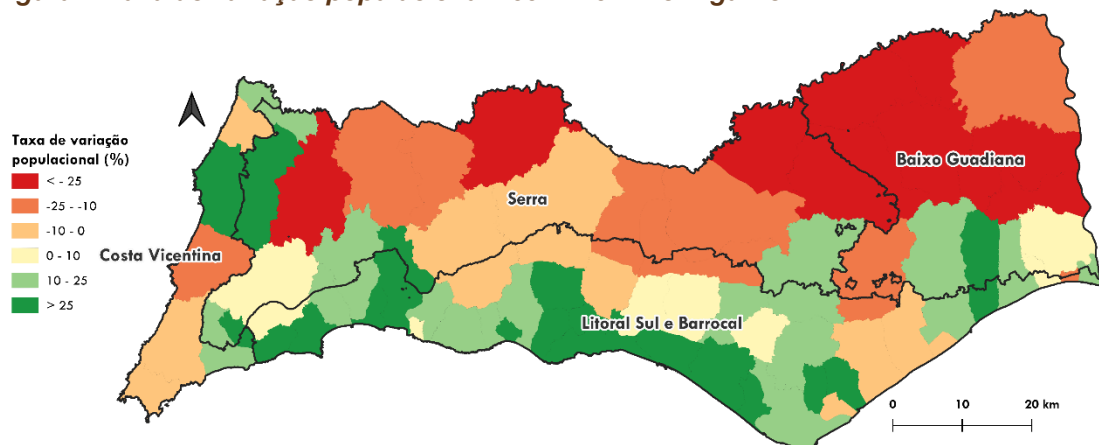


Fonte: Censos da População, INE (2011, 2021)

Em termos históricos, a região do Algarve apresenta uma tendência de crescimento populacional significativamente superior à dos territórios abrangidos pelo PADRE II. Esta diferença torna-se ainda mais evidente quando se comparam os dados do primeiro recenseamento nacional do novo milénio com os do recenseamento mais recente (Figura 4). Durante este período, a população algarvia registou uma taxa de crescimento expressiva, superior a 18%, enquanto os territórios de baixa densidade incluídos na intervenção do PADRE II, embora também tenham evidenciado um crescimento populacional, apresentaram uma taxa substancialmente inferior, na ordem dos 5%.

A título ilustrativo, no mesmo intervalo temporal, identificaram-se 28 freguesias no Algarve com perdas populacionais, das quais 23 estão atualmente classificadas como territórios PADRE II. Importa salientar que é nos territórios de baixa densidade que se verificam as maiores quebras populacionais. Mais de um quarto destes territórios registou perdas de população superiores a 20%. Em alguns casos, as perdas populacionais ultrapassaram metade da população residente, refletindo um fenómeno de despovoamento acentuado e contínuo.

Figura 4. Taxa de variação populacional 2001 - 2021 no Algarve

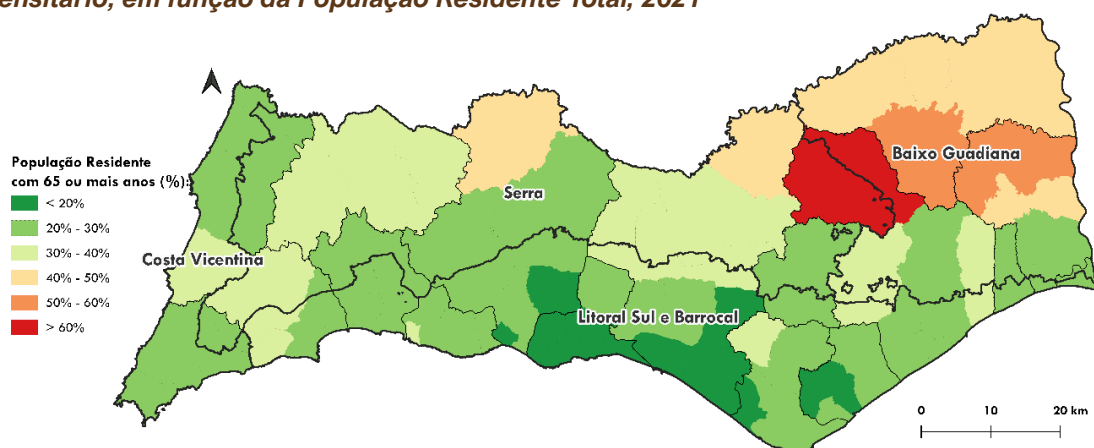


Fonte: Censos da População, INE (2001, 2021)

A análise da estrutura etária dos territórios de baixa densidade, aliada à comparação com o recenseamento anterior e à dinâmica regional, proporciona uma compreensão mais aprofundada das tendências demográficas e dos desafios subjacentes.

A pirâmide etária dos territórios de baixa densidade revela uma manifesta tendência para o envelhecimento demográfico, caracterizada pelo aumento proporcional da população com 65 ou mais anos, em função da população total. Embora esta evolução também seja observada a nível regional, a sua intensidade revela-se consideravelmente atenuada nestes territórios. Todavia, a representatividade desta faixa etária apresenta-se de forma mais acentuada nas áreas de baixa densidade, acentuando o seu impacto na estrutura demográfica e nos desafios associados à sustentabilidade demográfica e à coesão territorial. Esta tendência torna-se mais evidente ao analisarmos a distribuição etária da faixa dos 65 ou mais, no território algarvio, observando-se uma maior propensão para o envelhecimento nas zonas mais interiores, como a Costa Vicentina, o Baixo Guadiana e a Serra (Figura 5).

Figura 5. Distribuição da População Residente no Algarve com 65 ou mais anos por lugar censitário, em função da População Residente Total, 2021



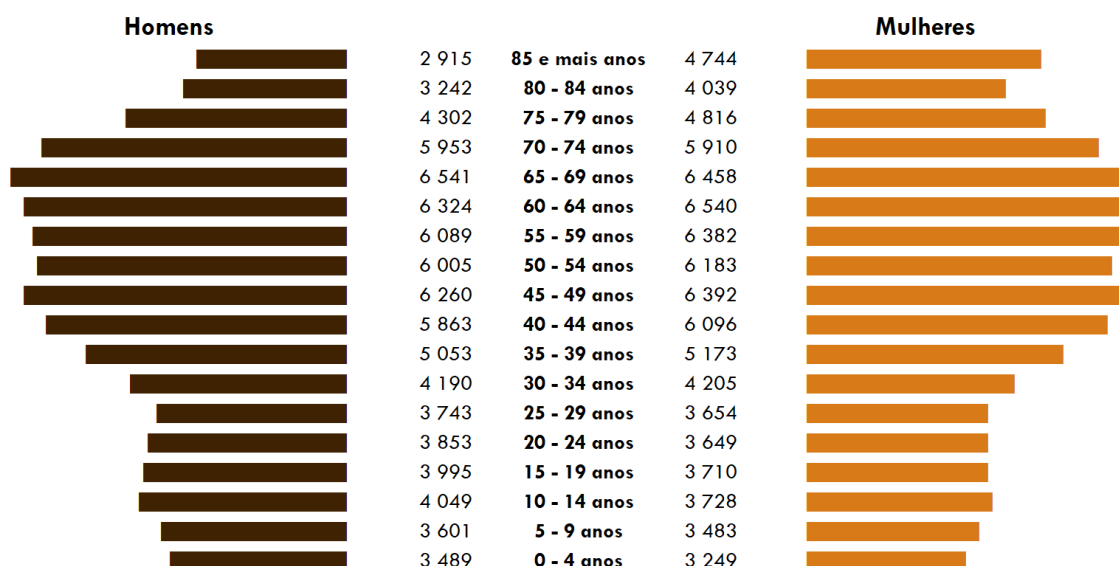
Fonte: Censos da População, INE (2021)

A estrutura etária destes territórios (Figura 6), embora apresente semelhanças com a pirâmide etária regional, particularmente na faixa etária compreendida entre os 20 e os 64 anos - a qual constitui o núcleo populacional predominante, tanto na região como nos territórios de baixa densidade, evidencia uma fragilidade estrutural acrescida ao nível da população jovem, o que denota uma debilidade estrutural substancial neste segmento etário.

A dinâmica regional revela uma evidente dificuldade na renovação das faixas etárias mais jovens, um fenómeno largamente atribuído aos baixos índices de natalidade, comuns tanto à escala regional como nos territórios de baixa densidade. Na faixa etária dos 0 aos 9 anos, observou-se um decréscimo populacional em ambas as escalas entre os dois períodos de recenseamento, sendo a redução mais acentuada a nível regional, consequência direta da concentração demográfica em áreas urbanas, onde os desafios económicos e sociais, como o elevado custo de vida e a dificuldade na conciliação trabalho-família, impactam negativamente a natalidade.

Nos territórios de baixa densidade, a representatividade desta faixa etária permanece limitada face ao total da população, situando-se abaixo do registado à escala regional, resultado da migração de jovens em idade reprodutiva para centros urbanos em busca de melhores oportunidades económicas, educativas e profissionais, o que compromete a renovação geracional nestes territórios.

Figura 6. Pirâmide Etária dos Territórios de Baixa Densidade, 2021



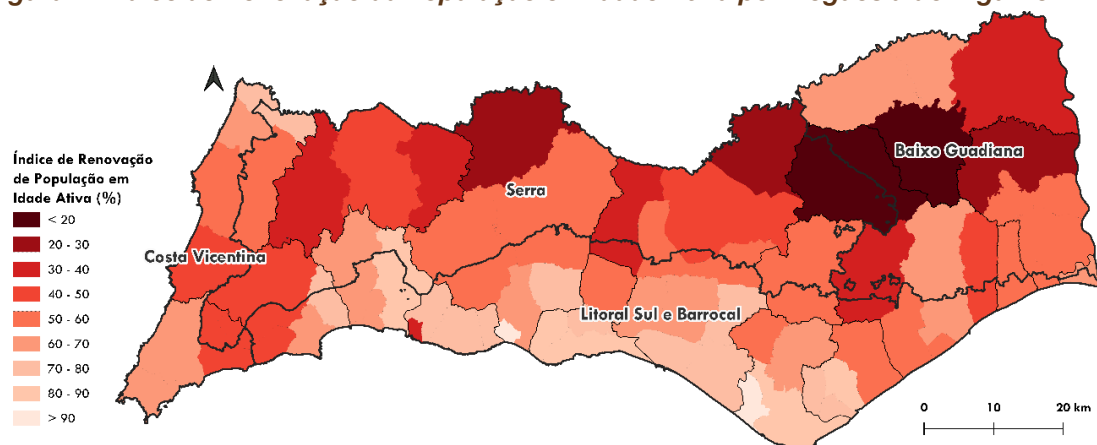
Fonte: Censos da População, INE (2021)

A análise detalhada da estrutura etária regional, com ênfase nos territórios de baixa densidade, permite a elaboração de um conjunto de índices que visam aprofundar a compreensão das dinâmicas populacionais nas áreas algarvias de baixa densidade. Esta abordagem contribui de forma significativa para avaliar os desafios relacionados com a sustentabilidade demográfica desses territórios.

O índice de renovação da população em idade ativa avalia a capacidade dos territórios de substituir a população em idade ativa próxima da reforma (55-64 anos) pela nova geração a entrar no mercado de trabalho (20-29 anos). No contexto algarvio, esta capacidade de renovação da força de trabalho é negativa, com uma média de 71 jovens a entrar no mercado de trabalho por cada 100 pessoas em idade de saída. Nos territórios de baixa densidade do Algarve, este desempenho é ainda mais baixo do que a média regional, com cerca de 59 jovens a entrar no mercado por cada 100 pessoas em idade de reforma, evidenciando uma maior dificuldade destes territórios em assegurar a reposição da força de trabalho.

O Baixo Guadiana e a Serra Algarvia destacam-se (Figura 7) como as unidades territoriais com valores muito baixos neste indicador, onde é possível destacar as freguesias de Vaqueiros, em Alcoutim e Cachopo em Tavira, exemplificando a incapacidade significativa de renovação da mão-de-obra. Outro exemplo significativo, da incapacidade destes territórios em renovação de mão-de-obra, no interior da Serra algarvia são o Ameixial, em Loulé, e São Marcos da Serra, em Silves, registando índices inferior a menos de 3 jovens a entrar no mercado de trabalho por cada 10 pessoas em idade ativa a aproximarem-se da idade de reforma.

Figura 7. Índice de Renovação da População em Idade Ativa por freguesia do Algarve



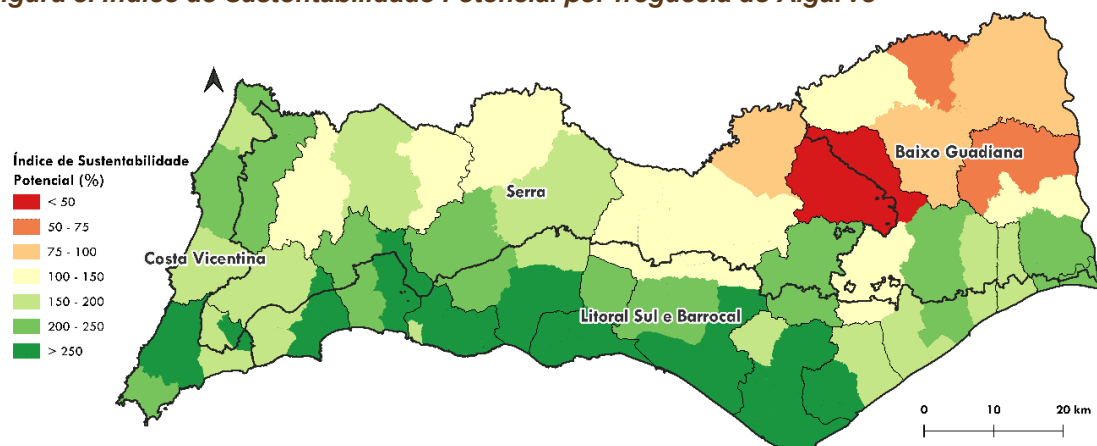
Fonte: Censos da População, INE (2021)

O índice de sustentabilidade potencial (Figura 8), que avalia a relação entre a população em idade ativa (15-64 anos) e a população idosa (65 ou mais anos), reforça a análise sobre a pressão demográfica nos territórios de baixa densidade.

Nos territórios de baixa densidade do Algarve, embora o índice médio seja positivo, com cerca de 211 pessoas em idade ativa para cada 100 idosos, os valores registados são inferiores à média regional. Este cenário evidencia uma capacidade limitada da população ativa para sustentar economicamente a população idosa, exercendo pressão sobre os sistemas de segurança social e os serviços de apoio locais.

Este fenómeno é evidenciado no nordeste algarvio, com principal destaque para o Baixo Guadiana, onde se destacam as freguesias de Cachopo, em Tavira e Odeleite, em Castro Marim, e também na Serra algarvia, com principal destaque para o Ameixial, em Loulé, que se destacam ao nível da insuficiência da população ativa para equilibrar as necessidades da população idosa. O município de Alcoutim, inserido no Baixo Guadiana, apresenta em todas as suas freguesias, com exceção de Martim Longo, uma insuficiência de população ativa, para a população idosa residente no concelho.

Figura 8. Índice de Sustentabilidade Potencial por freguesia do Algarve



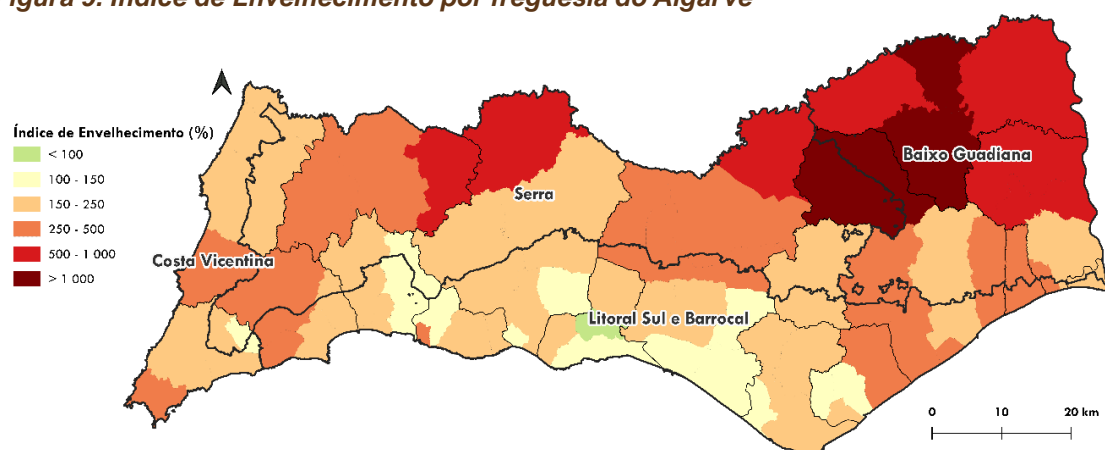
Fonte: Censos da População, INE (2021)

No que diz respeito ao índice de envelhecimento (Figura 9), que visa medir a relação entre a população idosa e a população jovem, verifica-se uma predominância de população envelhecida em toda a região, com os territórios de baixa densidade a apresentarem valores significativamente superiores à média regional.

Os índices mais preocupantes encontram-se nas zonas interiores da região, com especial destaque para o nordeste algarvio, nomeadamente o Baixo Guadiana, que se apresenta como uma área de grande preocupação. Nessa região, a população idosa supera de forma expressiva a população jovem, destacando-se casos como o de Cachopo, na freguesia de Tavira, onde o rácio de idosos para jovens residentes é de 17 para 1. Além deste exemplo, as freguesias de Giões e Vaqueiros, em Alcoutim, apresentam também índices alarmantes, com mais de 10 idosos por cada jovem residente.

O Baixo Guadiana não é, porém, o único exemplo do envelhecimento acentuado na região. A Serra Algarvia, por sua vez, também regista um índice preocupante de envelhecimento, com destaque para as freguesias de São Marcos da Serra, no concelho de Silves, e Alferce, no concelho de Monchique, como principais exemplos dessa tendência. O fenómeno do envelhecimento populacional não se explica apenas pela baixa natalidade, mas também pela migração dos jovens para outras áreas, como demonstrado pela análise das variações populacionais nas diferentes faixas etárias entre os diversos períodos censitários.

Figura 9. Índice de Envelhecimento por freguesia do Algarve



Fonte: Censos da População, INE (2021)

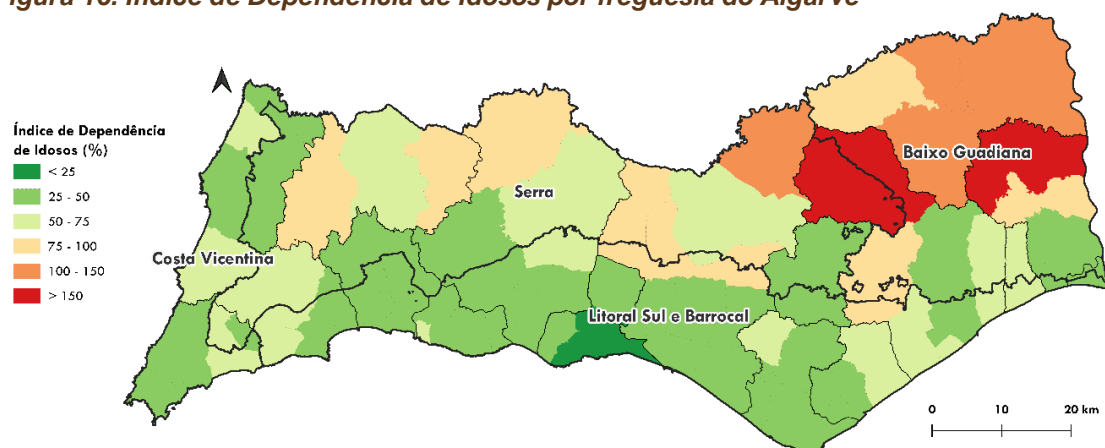
Para complementar a análise da estrutura etária dos territórios de baixa densidade no Algarve, foram interpretados os índices de dependência de idosos e de jovens nestes territórios.

O índice de dependência dos idosos (Figura 10), cuja finalidade é avaliar a pressão da população idosa sobre a população em idade ativa, evidencia que os

territórios de baixa densidade populacional apresentam, de modo geral, um impacto considerável da população idosa sobre a população ativa. Este fenómeno origina pressões substanciais nos sistemas sociais dessas áreas, devido à elevada proporção de idosos que compõem a sua população. Nos territórios de baixa densidade, observa-se um agravamento deste indicador quando confrontado com a média regional, que, apesar de também estar a experimentar um processo de transição demográfica, caracterizado por um envelhecimento populacional progressivo e crescente ao longo das últimas décadas, apresenta um impacto mais atenuado. Tal discrepância pode ser atribuída à presença de grandes centros urbanos na região, como Albufeira, Faro e Portimão, que desempenham um papel de atenuação destes índices, funcionando como fatores moderadores da pressão demográfica relativa a este indicador.

O território algarvio, conforme ilustrado na Figura 10, é caracterizado por uma Costa Vicentina e um Litoral onde a pressão da população idosa sobre a população em idade ativa se revela moderadamente baixa. Contudo, regista-se um contraste notável no Baixo Guadiana, onde os índices deste fenómeno apresentam valores significativamente mais elevados e preocupantes. Um caso particularmente emblemático desta tendência é a freguesia de Cachopo, no município de Tavira, onde o rácio de idosos para a população ativa ultrapassa os 2 para 1, destacando-se como o exemplo mais representativo e expressivo de todo o território regional. Outros casos de relevância podem ser observados nos municípios de Alcoutim, nas freguesias de Giões e Vaqueiros, bem como em Castro Marim, na freguesia de Odeleite, entre outras áreas do Baixo Guadiana. Estes valores indicam uma realidade demográfica em que a população idosa é equivalente ou superior à população em idade ativa, evidenciando a crescente pressão demográfica que as faixas etárias mais envelhecidas impõem sobre os sistemas sociais e económicos destes territórios.

Figura 10. Índice de Dependência de Idosos por freguesia do Algarve



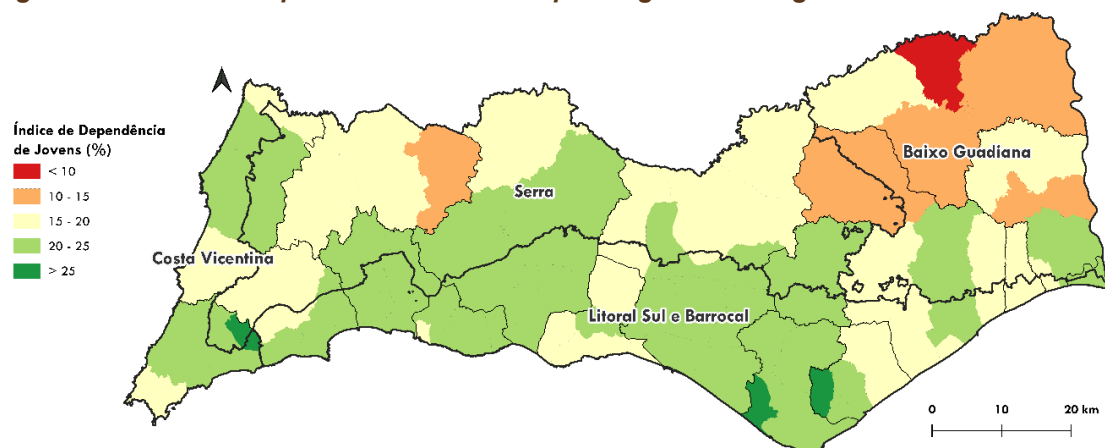
Fonte: Censos da População, INE (2021)

O índice de dependência de jovens (Figura 11) visa estabelecer uma relação entre a população jovem residente e a população em idade ativa, com o intuito de compreender o impacto da juventude na força de trabalho. Não se verifica uma disparidade substancial entre o índice regional e o índice calculado para os territórios de baixa densidade, o que sugere que os baixos índices de natalidade e a transição demográfica para uma população mais envelhecida são desafios de carácter regional, e não exclusivos a essas áreas. No entanto, é de notar que este fenómeno se manifesta de forma ligeiramente mais acentuada nestes territórios, onde a população jovem tende a ser proporcionalmente mais reduzida.

O panorama regional apresentando na Figura 11, demonstra uma amplitude reduzida entre os valores, mínimo e máximo, registados para cada freguesia algarvia. Os índices mais baixos registados, e naturalmente associados a áreas de menor presença de população jovem, foram identificados no Baixo Guadiana e na Serra Algarvia, nomeadamente, na freguesia de Giões Vaqueiros e UF de Alcoutim e Pereiro, no município de Alcoutim. No município de Vila do Bispo, são identificados alguns territórios de baixa densidade, que apresentam índices positivos, tendo em conta o panorama regional, são estes as freguesias de Barão de São Miguel e de Budens.

O panorama regional revela uma realidade demográfica em que as áreas de menor densidade populacional, particularmente no Baixo Guadiana e na Serra Algarvia, enfrentam uma grave escassez de população jovem. Este fenómeno reflete a crescente pressão demográfica que estas regiões experienciam, constituindo um desafio significativo para a sustentabilidade futura das suas comunidades.

Figura 11. Índice de Dependência de Jovens por freguesia do Algarve



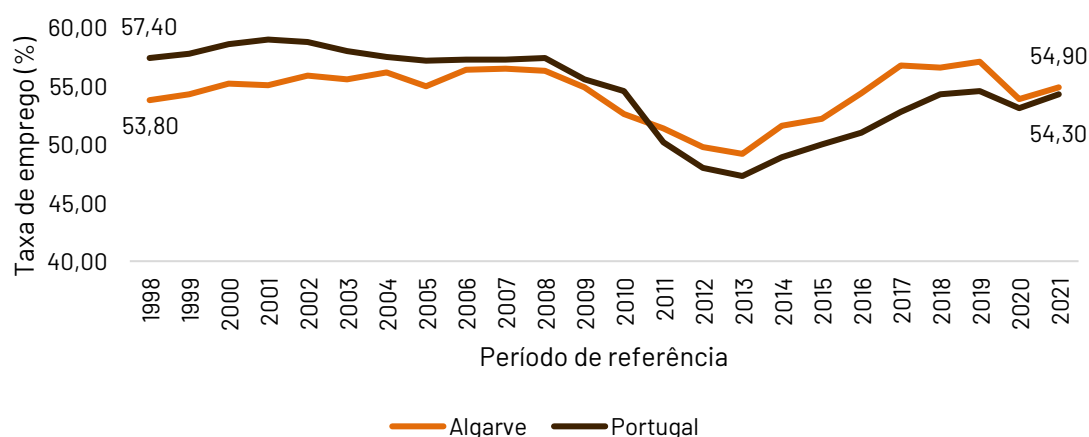
Fonte: Censos da População, INE (2021)

A análise do nível de qualificação da população permite uma compreensão mais aprofundada de diversos fatores associados ao território algarvio, com especial ênfase nas áreas de baixa densidade populacional. Esta avaliação possibilita entender as competências do capital humano disponível e, por conseguinte, a

qualificação da mão-de-obra, o que pode ter um impacto direto na atratividade desses territórios para novos investimentos empresariais. Além disso, contribui para perceber o potencial de integração tecnológica e inovadora destes territórios, fatores fundamentais para o seu desenvolvimento e competitividade.

No contexto do mercado de trabalho, e mais especificamente em relação à capacidade de empregabilidade da população residente⁹ (Figura 12), o Algarve revelou uma tendência de crescimento na sua capacidade de absorção laboral, apresentando atualmente uma taxa de empregabilidade superior à média nacional. Esta evolução não foi sempre evidente, uma vez que, desde o final do século XX, a região registava uma taxa de emprego inferior à do restante território nacional. No entanto, durante a crise financeira que afetou Portugal entre 2010 e 2014, a região conseguiu inverter essa tendência, superando a média nacional. Este desempenho positivo tem-se mantido nos últimos dez anos, consolidando o Algarve como uma região com crescente capacidade de integração da sua população no mercado de trabalho.

Figura 12. Taxa de Emprego (%) no panorama nacional e da região do Algarve [1998 – 2021]



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

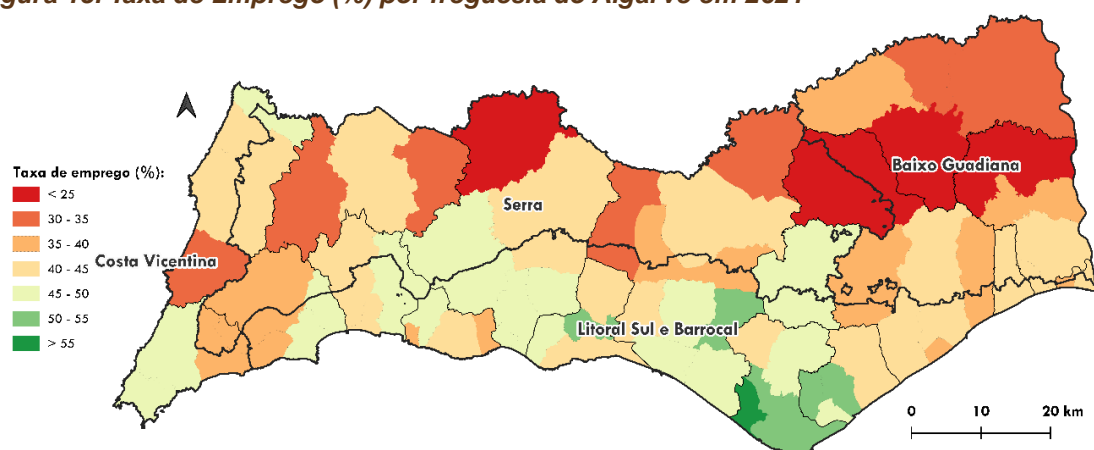
A análise da taxa de emprego nas freguesias do Algarve (Figura 13), com o objetivo de compreender o comportamento destes territórios em relação à média regional, permite identificar um conjunto de áreas algarvias que apresentam um desempenho abaixo da média. Destacam-se, em particular, as freguesias do Baixo Guadiana, nomeadamente Odeleite, em Castro Marim, e Vaqueiros, em Alcoutim, que representam as principais zonas de preocupação. A taxa de emprego relativamente baixa face à população residente é um problema relevante em toda a região, estendendo-se, além do Baixo Guadiana, à zona serrana, onde também se verificam situações preocupantes, como as freguesias de Cachopo, em Tavira, situada numa área de transição entre a serra e o Baixo

⁹ A análise da capacidade de empregabilidade foi realizada com base na taxa de emprego, cuja fórmula de cálculo foi revista para o período de [2011-2024]. A partir desta revisão, a metodologia passou a excluir a totalidade da população com 15 ou mais anos de idade, passando a considerar apenas a faixa etária entre os 15 e os 89 anos.

Guadiana, e São Marcos da Serra, no interior serrano do município de Silves. Estas freguesias apresentam taxas de emprego inferiores a um terço da sua população residente.

Por outro lado, existem freguesias litorais que apresentam um desempenho superior ao da média regional, com especial destaque para a freguesia de Montenegro, no concelho de Faro.

Figura 13. Taxa de Emprego (%) por freguesia do Algarve em 2021

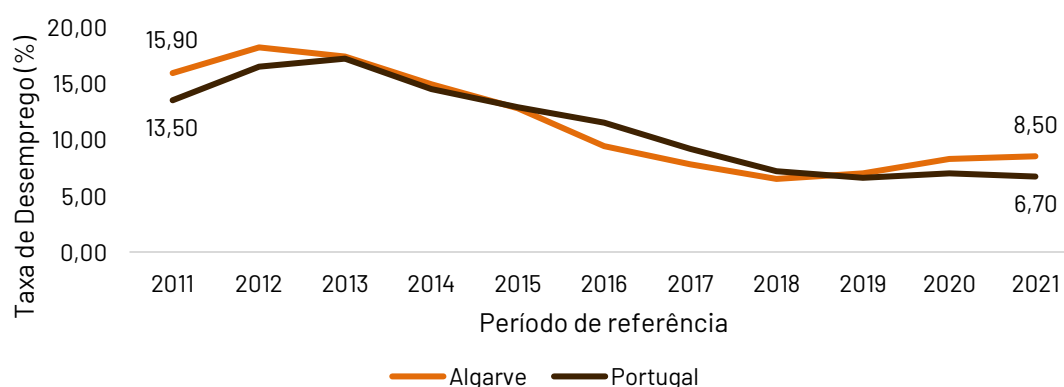


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A análise do mercado de trabalho, permite ainda compreender, através da análise da taxa de desemprego (Figura 14), a dinâmica do mercado de trabalho e as condições socioeconómicas associadas a estes territórios, fornecendo uma visão sobre o nível de desocupação da população ativa destes territórios, permitindo identificar desequilíbrios socioeconómicos e sociais, que poderão colocar constrangimentos ao desenvolvimento destes territórios.

A região tem demonstrado ao longo dos últimos anos uma incapacidade, superior à média nacional, de empregar a sua população residente, esta incapacidade poderá estar associada à volatilidade do mercado de trabalho algarvio, caracterizado principalmente pela sua dependência da sazonalidade turística.

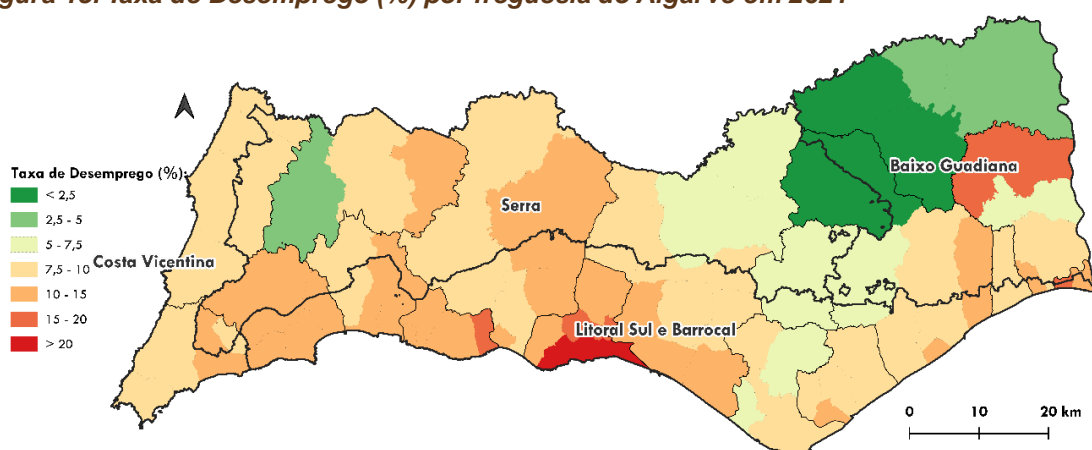
Figura 14. Taxa de Desemprego (%) Nacional e da região do Algarve [2011 - 2021]



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A compreensão da taxa de desemprego nas freguesias do Algarve (Figura 15) evidência que, tendencialmente, os territórios de maior concentração populacional, e maior oferta de oportunidades de trabalho, são os mais afetados pelo desemprego, e consequentemente, com taxas de desemprego mais elevadas, como são exemplo, algumas freguesias do litoral algarvio, como Albufeira e Olhos de Água, no município de Albufeira. Esta dinâmica identificada permite, igualmente, observar que os territórios, tendencialmente classificados como mais envelhecidos e com menor número de população residente, são os que tendem, maioritariamente, a apresentar taxa de desemprego mais reduzidas.

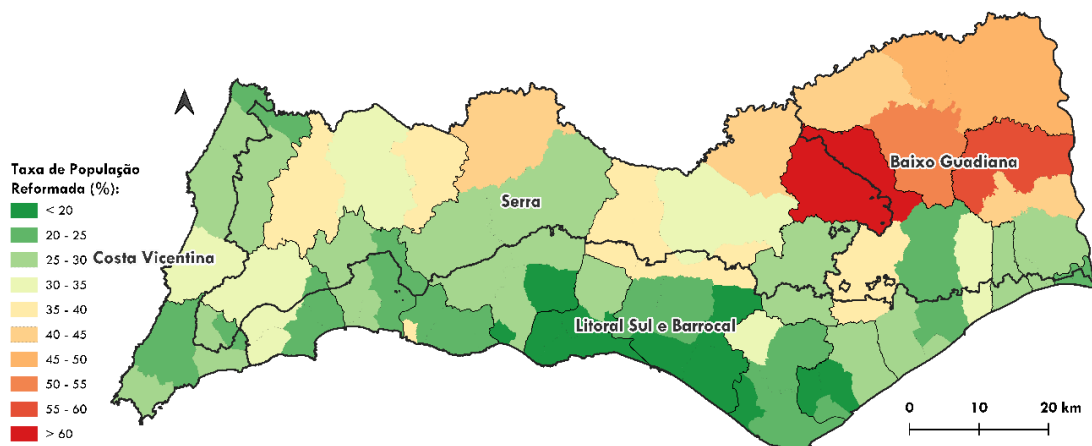
Figura 15. Taxa de Desemprego (%) por freguesia do Algarve em 2021



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O padrão de taxas de desemprego mais baixas em territórios, maioritariamente classificados como de “baixa densidade” poderá estar, de certa forma, relacionada com o envelhecimento destas áreas e a baixa disponibilidade de força de trabalho, independentemente das suas qualificações, este facto poderá ser corroborado pela elevada percentagem de população reformada, em função do total de população residente nestes territórios (Figura 16). Neste indicador, os territórios de baixa densidade, como são os casos de Cachopo, no município de Tavira, são caracterizados por mais de 60% da sua população estar reformada, e apresentam uma taxa de desemprego inferior a 2,5%. Por ideia contrária, e conforme o exemplo demonstrado em cima, a freguesia de Albufeira e Olhos de Água, apesar de apresentar uma taxa de desemprego superior a 20% da sua população, apresenta, igualmente uma representatividade da sua população reformada, inferior a 20%.

Figura 16. Taxa de População Reformada (%) por freguesia do Algarve em 2021



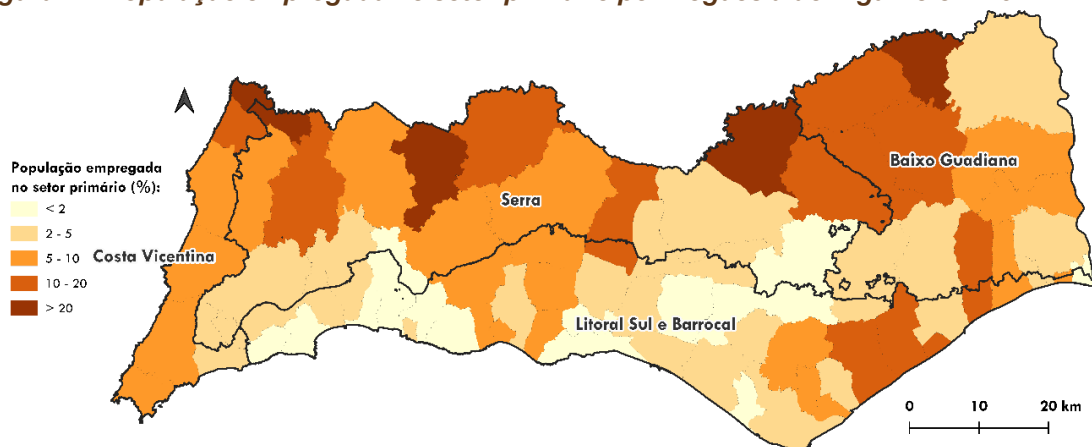
Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O mercado trabalho na região, é caracterizado, à semelhança do panorama nacional, por uma terciarização das atividades económicas, padrão evidente desde as últimas décadas, e que tendencialmente se irá manter no futuro da região. Apesar de todo o território algarvio ser caracterizado por esta preferência maioritária pelo setor terciário, é interessante entender o comportamento dos restantes setores de atividade na região.

O setor primário (Figura 17), responsável pela extração e produção de recursos naturais, abrangendo atividades como a agricultura, a pesca e a silvicultura, caracteriza-se, tendencialmente, por uma força de trabalho com baixas qualificações, embora o crescente desenvolvimento tecnológico neste domínio tenha introduzido algumas transformações. No Algarve, este setor apresenta o menor impacto em termos de população empregada. No entanto, existem freguesias, sobretudo nas zonas mais interiores da região e nas áreas limítrofes com o Alentejo, onde o setor primário tem um impacto significativo.

No Baixo Guadiana, observa-se uma concentração acima da média regional de atividade primária, particularmente em freguesias como Giões, Martim Longo e Vaqueiros, no concelho de Alcoutim, e em Cachopo, no município de Tavira, que se situa na transição entre o Baixo Guadiana e a Serra. Além destas, algumas freguesias serranas, com proximidade ao Alentejo, apresentam também uma dinâmica de maior intensidade no setor primário, em comparação com o restante Algarve. São exemplos disso o Ameixial, no concelho de Loulé, e Alferce, em Monchique. A Costa Vicentina também se destaca, com a freguesia de Odeceixe, no concelho de Aljezur, apresentando um impacto relevante deste setor.

Figura 17. População empregada no setor primário por freguesia do Algarve em 2021

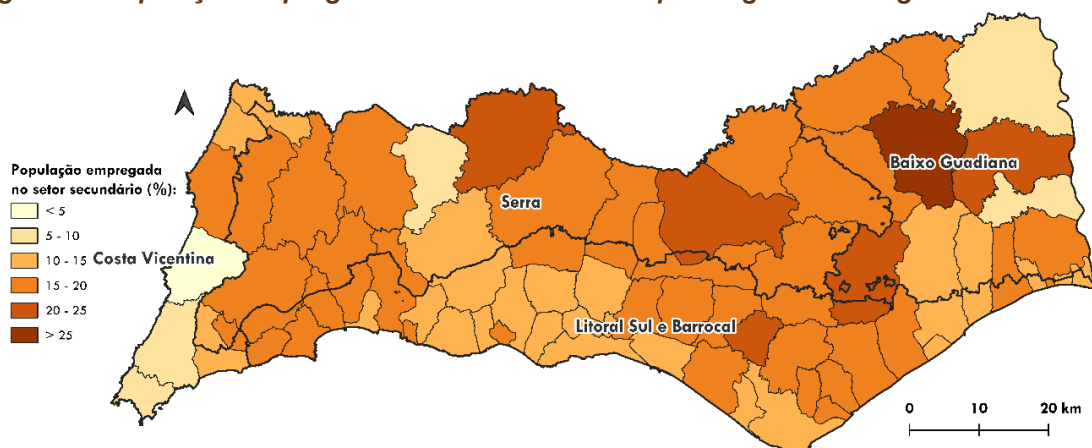


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

O setor secundário, que se caracteriza pela transformação de matérias-primas em produtos acabados, abrange atividades como a indústria, a construção civil, a produção de energia, entre outras. Este setor tende a exigir uma oferta considerável de mão-de-obra qualificada e de infraestruturas adequadas, o que resulta na sua concentração, em grande parte, nas proximidades de zonas urbanas. A evolução tecnológica tem vindo a alterar, de forma significativa, o paradigma deste setor, com a implementação crescente de processos de automatização e inovação, que impõem um nível de qualificação cada vez mais elevado aos trabalhadores que nele estão empregados.

Na região do Algarve (Figura 18), o setor secundário apresenta uma distribuição dispersa, com impacto em diversas freguesias ao longo da região. Algumas áreas, como Vaqueiros, São Marcos da Serra, Salir, Odeleite, Santa Catarina da Fonte do Bispo e Santa Bárbara de Nexe, destacam-se pela capacidade de empregar mais de 20% da população residente. A concentração mais significativa deste setor verifica-se, principalmente, no Baixo Guadiana e na Serra Algarvia, embora também algumas freguesias litorais, tendencialmente mais próximas do interior da região, se evidenciem como principais beneficiárias de emprego no setor secundário.

Figura 18. População empregada no setor secundário por freguesia do Algarve em 2021

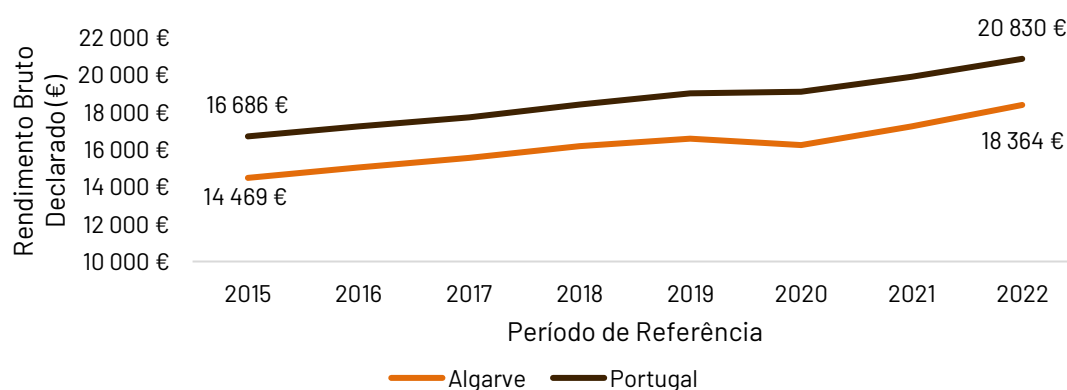


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A análise do rendimento bruto declarado tem como objetivo avaliar a capacidade económica da região do Algarve, fornecendo uma visão clara sobre o poder aquisitivo da população residente e as desigualdades económicas entre os diversos territórios. O rendimento bruto declarado reflete a soma das remunerações obtidas pelos indivíduos, sem deduções fiscais, sendo um indicador relevante para compreender as condições de vida e o bem-estar da população.

O rendimento bruto declarado por agregado fiscal, à escala regional, tem mostrado um crescimento tendencial, com um curto período de decréscimo a intercalar, e apesar de demonstrar esta tendência positiva, evidenciado um aumento médio do rendimento, e consequentemente melhoria das condições de vida da sua população, nomeadamente ao nível do poder de compra, demonstra uma tendência de crescimento inferior à média nacional em todos os períodos desta análise (Figura 19).

Figura 19. Rendimento Bruto Declarado por agregado fiscal à escala nacional e do Algarve [2015 - 2022]

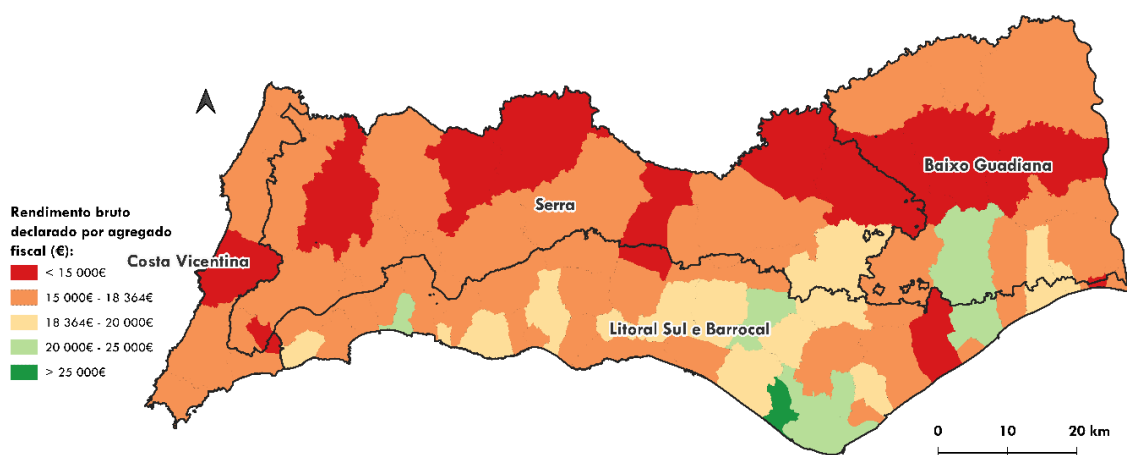


Fonte: Instituto Nacional de Estatística

A análise do desempenho regional à escala da freguesia (Figura 20) permite identificar territórios com níveis de rendimento mais elevados, frequentemente

associados a uma maior concentração de atividades económicas e a um mercado de trabalho mais qualificado. Estas áreas, em regra, situam-se no litoral da região, como é o caso das freguesias de Montenegro e da União de Freguesias de Faro, no município de Faro, e de Alvor, em Portimão.

Figura 20. Rendimento Bruto Declarado por agregado fiscal por freguesia do Algarve, 2022



Fonte: Instituto Nacional de Estatística

Por outro lado, os territórios com rendimentos mais baixos, frequentemente relacionados com sectores de atividade menos remunerados ou com uma taxa de desemprego mais elevada, tendem a localizar-se no interior da região, bem como em áreas de menor densidade populacional. Exemplos representativos desta tendência incluem a freguesia da Bordeira, em Aljezur, na Costa Vicentina, freguesias da serra algarvia, como São Marcos da Serra, no concelho de Silves, e Ameixial, no concelho de Loulé, assim como o Baixo Guadiana, com destaque para a freguesia de Vaqueiros, em Alcoutim.

2.2.3. Análise SWOT

Forças

- Diversidade e riqueza dos recursos endógenos (património natural, histórico, cultural e agrícola), essenciais para o desenvolvimento sustentável do território), com identidade capaz de suportar experiências diferenciadoras;
- Identidade territorial vincada, com tradições culturais enraizadas e diversidade de produtos regionais reconhecidos;
- Valia territorial (económica, paisagística, cultural e identitária) das áreas envolventes do corredor da EN 124/EN 267;
- Presença de infraestruturas de inovação e projetos de I&D focados em recursos e produções endógenas (UAlg);
- Diversidade de artesanato, produtos e gastronomia regional;
- Presença significativa de áreas classificadas para a proteção da natureza e biodiversidade;
- Presença e dinâmicas de atividade e iniciativa marcantes das ADL e com vasto capital de experiência;
- Crescimento do turismo de natureza e experiência, alicerçado na autenticidade do território e nas práticas sustentáveis; Experiência acumulada de valorização de recursos do território adquiridas na geração do PADRE I (Rede de Mercados Locais, Turismo natureza, READY, ASA, ...).
- Infraestruturas e redes de cooperação existentes, incluindo a Rede de Aldeias Inteligentes, projetos turísticos estruturantes e a integração de mercados locais e cadeias curtas de abastecimento.

Fraquezas

- Declínio demográfico acentuado, principalmente nos territórios de baixa densidade, caracterizado pelo envelhecimento populacional, baixa natalidade e êxodo de população jovem;
- Baixo nível de qualificação da população residente e do tecido empresarial;
- Dificuldades de acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, habitação e mobilidade, prejudicando a qualidade de vida e atratividade do território;
- Fragilidade das Infraestruturas e equipamentos económicos afetados pelos incêndios do Barrocal e da Serra Algarvia, e não restabelecidos;
- Baixa valorização dos produtos e serviços locais, resultando numa fraca exportação e num mercado interno pouco dinâmico;
- Ausência de atividades-âncora, fruto de uma insuficiente adesão de agentes económicos das fileiras de valorização de recursos-chave do território (1ª e 2ª transformação produtiva e turismo-lazer);
- Reduzida cultura de cooperação entre vários agentes económicos, nomeadamente em matéria de assistência técnica aos pequenos produtores rurais;
- Excessiva dependência do setor terciário e do turismo, tornando a economia vulnerável à sazonalidade e choques externos.

Oportunidades

- Revitalização da produção agroalimentar, associada à inovação e qualidade/genuinidade;
- Promoção da valorização dos recursos endógenos, através de certificação de produtos locais, desenvolvimento de mercados regionais e integração em cadeias de distribuição mais amplas;
- Diversificação da oferta turística, com crescente procura de nichos em domínios
- alinháveis com as estratégias do setor (desporto de natureza, Autocaravanismo, ...);
- Requalificação e reutilização de património edificado, para espaços turísticos, culturas ou de empreendedorismo;
- Expansão da economia circular e de baixo carbono, reforçando práticas sustentáveis na gestão de recursos naturais e na transição energética;
- Dinamização de eixos tradicionais de referência territorial (EN 124/ EN 267, revitalização de pontos de interesse da mítica N2), com mobilização cruzada de recursos, atividades e serviços ancora;
- Reforço das redes de turismo sustentável e de base local, promovendo o ecoturismo, o turismo cultural e experiências diferenciadas;
- Aprofundamento da cooperação regional e transfronteiriça, potenciando sinergias para a inovação, comércio e desenvolvimento territorial;
- ITI Água e Ecossistemas de paisagem com potencial de intervenção em áreas de ameaça.

Ameaças

- Continuação do despovoamento e do abandono rural, traduzindo-se numa perda de serviços e infraestruturas fundamentais para a coesão do território;
- Dificuldade de atração de investimento privado, limitando a inovação, o crescimento empresarial e a geração de emprego qualificado;
- Alterações climáticas e riscos ambientais, incluindo incêndios florestais, escassez hídrica e degradação continuada da paisagem (ex. Pomar, tradicional de sequeiro) e dos ecossistemas florestais (nomeadamente, os sobreirais);
- Fragmentação da governança territorial e a falta de articulação estratégica entre políticas públicas e atores locais;
- Incapacidade de estruturar as principais fileiras de produção (turismo de natureza, produção agrícola, transformação agroalimentar, pecuária e florestal, etc.);
- Inexistência de cultura inovadora e de trabalho em rede por parte da maioria dos agentes económicos.

2.3. Abordagem Operacional

2.3.1. Racional de Abordagem

O Programa Regional Algarve 2021-2027 assume o desígnio da sustentabilidade como ideia- chave transversal a todo o processo de programação para a década, em linha com a aceleração da Agenda, plasmada no Pacto Ecológico Europeu e na urgência da transição energética e digital. Esta Agenda tem como pano de fundo a nova ordem mundial em marcha, na qual se desenham cenários fraturantes, marcados pela prevalência da geopolítica, pela volatilidade nos mercados, pela disrupção tecnológica e organizacional dos modelos de trabalho e pelas alterações drásticas nos sistemas de abastecimento- produção-comércio que a pandemia impulsionou e a guerra na Europa veio agravar.

Esse ambicioso desígnio expressa-se, desde logo, no quadro dos principais desafios com que a Região se confronta:

- i) **no plano ambiental**, onde se releva a gestão dos recursos hídricos e a atuação preventiva e mitigadora dos impactos inerentes às alterações climáticas;
- ii) **no plano produtivo**, em que se reescreve a necessidade de promoção de uma economia mais diversificada, com um turismo gerador de mais valor acrescentado (apropriado por todos os territórios e pelos diferentes atores), mas ao mesmo tempo ambientalmente mais sustentável e valorizadoras de uma identidade única, capaz de responder a procura mais especializadas e segmentadas. Neste contexto, devemos dar uma maior atenção aos designados setores emergentes (e.g. Agroalimentar, Energias Renováveis, Saúde, TIC e Indústrias Culturais e Criativas), mas, também, do incremento de atividades de I&D e sua incorporação nos processos produtivos e da atração de investimento externo; e
- iii) **no plano dos recursos humanos**, com um reforço das qualificações escolares e profissionais que permita uma alteração qualitativa no perfil produtivo da região e progressos duradouros na qualidade do emprego e das remunerações.

O Programa Regional estrutura um conjunto de objetivos prioritários, a maior parte deles transversais em termos de incidência territorial, mas convergentes, a diversos níveis, nas abordagens integradas, urbanas e não urbanas, com finalidade temática ou funcional, modeladas a partir de Planos de Ação ancorados em estratégias intermunicipais e regionais.

As abordagens territoriais em áreas não urbanas aparecem como o veículo privilegiado para a construção de intervenções integradas que mobilizem e concentrem um conjunto de instrumentos e medidas para potenciar a competitividade e a resiliência dos Territórios Rurais e de Baixa Densidade.

Em termos globais, tem-se em vista:

- reduzir custos de contexto;
- promover a eficiência coletiva;
- ampliar a incidência das políticas públicas de base local; e
- alargar as perspetivas de mercado, não apenas aos bens transacionáveis como aos serviços dos ecossistemas, inovando nos modelos de gestão territorial e setorial e permitindo a dinamização económica e social, que resulte na atração de investimento e na criação de emprego, contribuindo, assim, para a coesão territorial da Região.

A constatação do agravamento, na maior parte dos indicadores, das dimensões-problema destes territórios (despovoamento, envelhecimento, défices de formação e capacitação, fragilidades das economias de pequena escala e baixo nível de incorporação de valor, dificuldade na geração de novas oportunidades, degradação do património natural e cultural, défice de equipamentos coletivos e serviços), remete para a necessidade de se reforçarem componentes de programação dirigidas e não concorrenciais para os territórios mais desfavorecidos.

Assim, o PR Algarve 2021-2027 identificou, entre os modelos flexíveis da programação de base territorial (RCM nº 97/2020 de 13/11), nomeadamente, a ITI Água e Ecossistemas de Paisagem, em conjunto com o Alentejo, bem como a valorização do potencial endógeno (PADRE), incidindo em territórios de baixa densidade com perfil elevado de ruralidade.

O instrumento de Valorização de Recursos Endógenos, amplia os objetivos do anterior período de programação, numa lógica de continuidade enriquecida, com a qual se pretende apoiar o investimento público associado às temáticas rurais que permita um efeito de alavancagem para iniciativas privadas, nomeadamente:

- Valorização dos Recursos Endógenos (OP5);
- Conservação da Natureza, Infraestruturas Verdes e Biodiversidade (OP2);
- Transição Energética (OP2).

A escolha destes macro objetivos associa ao PADRE II a vocação de construir respostas a grandes desafios estratégicos da Região, designadamente: o combate às alterações climáticas, a demografia, a ativação e proteção dos recursos territoriais, a prioridade à conservação da natureza e biodiversidade, a estruturação e valorização da infraestrutura verde regional, o restauro de ecossistemas naturais e produzidos, a inovação, diversificação e sustentabilidade

da base produtiva, a política social de habitação, a transição energética e a digitalização da economia.

Ou seja, em sede de PADRE II, pretende-se alargar e conjugar intervenções no capital natural e no capital produzido, em simultâneo, estimulando o robustecimento do capital social e do capital simbólico do Barrocal e da Serra Algarvia.

A leitura da tipologia das ações a apoiar pelo OE 5.2 “Valorização de Recursos Endógenos”, traduz a necessidade de criação de economias de rede e de aglomeração, dando relevo às intervenções integradas, nomeadamente:

- ao conjunto de vilas/aldeias inteligentes;
- às redes de base tecnológica e criativa, bem como a espaços de incubação e coworking;
- à agregação de intervenções a partir de marcas distintivas do Território, como a Dieta Mediterrânica e o Turismo de Natureza;
- à promoção de conhecimento e inovação que incorpore valor nos ativos territoriais;
- à qualificação de Redes de equipamentos diferenciadores, dando continuidade a intervenções estruturantes transversais a toda a região (autocaravanismo, dinamização de mercados e turismo ativo).

No que respeita ao OE 2.7. Conservação da Natureza, Infraestruturas Verdes e Biodiversidade”, a leitura das ações previstas, em alinhamento com a Estratégia Europeia da Biodiversidade 2030 e outros documentos estratégicos nacionais e regionais, designadamente com o Quadro de Ação Prioritária para a Rede Natura 2000 (QAP 2021-2027) e o Plano de Ação para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade XXI, e ainda com os Planos de Gestão da Rede Natura 2000, os Programas Especiais das Áreas Protegidas e os Planos de Ação de Espécies, confere relevância:

- à valorização do capital natural e à provisão de bens públicos, com principal incidência na proteção e restauro de ecossistemas em áreas de elevado valor natural, com destaque áreas protegidas e espaços multifuncionais da floresta mediterrânica;
- à intervenção no património público florestal;
- à estruturação e valorização de geosítios e monumentos naturais, em particular, na área onde se insere o aspirante Geoparque Algarvensis Loulé-Albufeira-Silves;

- à concretização da conectividade ecológica entre espaços urbanos e não urbanos, na perspetiva ampla da construção da infraestrutura verde regional.

A transição energética é inscrita na dupla dimensão, da “Eficiência energética e redução das emissões de gases com efeito de estufa” (OE 2.1.) e da “Promoção das energias renováveis (OE 2.2.), sendo de destacar o seguinte:

- o objetivo específico direcionado para a descarbonização da Administração Pública Local e IPSS, nos diversos vetores e com especial enfoque no parque edificado público, em particular na área dos equipamentos sociais e económicos, da educação e do desporto, incluindo, entre outros, a habitação social pública;
- por outro lado, a disseminação da produção descentralizada de energia a partir de fontes renováveis com a criação de Comunidades de Energia Renovável, em Áreas de Acolhimento Empresarial, Infraestruturas Náuticas e Aldeias Rurais que, pela sua própria natureza, contribuem para uma maior coesão social e territorial, e combatem a pobreza energética, em complementaridade com os instrumentos centralizados de apoio à produção de energia elétrica.

Este é o quadro os Objetivos Específicos que moldam o Plano de Ação para a Valorização de Recursos Endógenos, sendo essencial dar-lhe, desde logo, coerência interna, nas escolhas das orientações estratégicas e dos projetos estruturantes, mas assumindo-se a necessária complementaridade/coerência interna com outras intervenções, em particular, com a ITI Água e Ecossistemas de Paisagem, cujas ações se inserem, quer nos mesmos objetivos específicos (OE 5.2 e OE 2.7), quer nos mesmos territórios (Rurais e de Baixas Densidades), embora em domínios distintos (territórios de água e gestão da floresta).

O Plano de Ação para as Infraestruturas Verdes e a Biodiversidade do Algarve, promovido pela CCDR Algarve, identificou que uma parte dos projetos viria a ser incluída no instrumento de “Valorização dos Recursos Endógenos”, sendo necessário acautelar essas prioridades num quadro de intervenção mais amplo e complexo nas escolhas, embora com fontes de financiamento bem distintas.

O PADRE II é desenvolvido tendo em consideração as lições do passado, procurando evitar listagens extensas de projetos, nem sempre amadurecidos, sobretudo um levantamento criterioso de ideias, criando expectativas de concretização, por vezes problemática e efetivada por relação ao PADRE I, na base de uma redução da taxa de comparticipação.

O modelo de intervenção do Plano de Ação para o Desenvolvimento dos Recursos Endógenos 2025-2027 expressa um compromisso dinâmico entre:

- **a continuidade enriquecida de uma matriz de projetos transversais que se afirmaram durante o PADRE I** e que foram sendo objeto de reprogramação em exercícios que acomodaram ajustamentos de ordem diversa (prioridades, componentes das operações, dotações financeiras, ...), algumas das quais bem recentes; e
- **a integração de novos projetos fundados nas transições digital, climática e ecológica**, combinando intervenções de infraestruturação digital nos territórios de baixa densidade, de fixação de recursos de iniciativa empreendedora (Aldeias Inteligentes), de valorização do património natural (infraestruturas verdes e biodiversidade) e elementos de matriz produtiva e identidade cultural (Dieta Mediterrânea e Cultura viva).

Esta segunda vertente de projetos integra intervenções coerentes/integradas que procuram responder proativamente a orientações estratégicas consagradas em documentos referenciais europeus/nacionais/regionais, alicerçados nas transições sustentáveis.

Na perspetiva de reforço da fundamentação e da racionalidade das intervenções, mas também da capacidade de iniciativa de projeto e de gestão operacional, integraram-se, no Plano de Ação, projetos e intervenções que constituem património de instrumentos de planeamento e gestão de diversas entidades de administração pública central e regional, sinalizados em diversos documentos.

Em idêntico sentido, convergem as referências a iniciativas e ações territoriais da esfera municipal e das associações de desenvolvimento local.

Tendo presente o racional estratégico do Plano de Ação e os objetivos estabelecidos, bem como o levantamento efetuado ao território, em articulação com os documentos estratégicos referidos e as lições extraídas do passado, sintetizou-se um conjunto de temáticas fundamentais, suscetíveis de ancorar as dimensões-chave do PADRE II:

- Valorização pelo território e atores regionais das Redes dinamizadas pelas ADL, privilegiando, em linha com as orientações do Aviso ITI- PROVERE-2024-02, escolhas de continuidade, assegurando: um modelo de operacionalização mais centrado na animação e menos focado no acompanhamento material;
- Modelo de financiamento para as intervenções transversais suportado na dimensão de investimento, e não na dimensão de execução efetiva;
- Clarificação do papel dos diferentes intervenientes, com estabelecimento de mecanismos de articulação entre as ADL e reforço da coordenação da AMAL;

- Modelação de taxas (ou majorações) para territórios mais desfavorecidos e com menor densidade de atores;
- Alargamento da elegibilidade das ações imateriais a territórios não PADRE com o objetivo de atrair novos atores e públicos;
- Coordenação das dimensões imateriais de promoção e comunicação por parte da Região de Turismo do Algarve (RTA), nomeadamente nas dimensões de estruturação e valorização de produtos, alinhada com o Plano Estratégico de Marketing do Algarve (PEMTA).

Por parte do território e dos seus agentes, foi igualmente valorizado o enquadramento das Aldeias Inteligentes, com o pressuposto da salvaguarda das seguintes dimensões:

- Articulação com as dimensões previstas nas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL) e na Iniciativa das Aldeias de Portugal;
- Intervenção suportada no processo concorrencial, com seleção de um número
- limitado de intervenções (5 a 6 intervenções);
- Possibilidade de assegurar a existência de intervenções físicas, a par das dimensões energéticas e criativas;
- Não limitar a intervenção ao território PADRE, uma vez que a medida não tem elegibilidade noutros instrumentos (por exemplo, a possibilidade de envolver aglomerados como a Culatra).

As entidades do território não identificam projetos específicos para Património Natural e Biodiversidade, isto embora tenham sido referidas, nas reuniões de trabalho, diversas ideias que podem configurar intervenções nestes domínios. Assim, justifica-se equacionar a dimensão financeira a alocar a esta vertente das Tipologias do Aviso; a alternativa consistiria no reforço de mecanismos de animação para gerar adesão a estes processos.

A identificação de projetos no domínio da valorização de recursos do território, excede largamente a dotação indicativa atribuída. Mesmo com revisão de alguns projetos e valorizando as respetivas maturidades, a ambição do Aviso está subestimada nessa vertente. A plena estruturação destas dimensões passa por reforçar: o alinhamento com as cadeias de valor de base local; a dimensão diferenciadora da oferta; o alinhamento com os produtos estratégicos do PEMTA; a mobilização de novos beneficiários com capacidade e competências para intervir no território.

Os projetos transitados do período de programação anterior, já aprovados por via de convites específicos, absorvem parte significativa da verba dedicada ao domínio de valorização de recursos do território, beneficiando de taxas mais favoráveis que os restantes projetos, aconselhando a ponderar um significativo reforço desta vertente-chave.

As dimensões de coordenação, animação e capacitação, que implicam a existência de uma estrutura robusta de articulação, aconselham ao reforço das dimensões de governança;

A existência de espaço para ideias inovadoras, afigura-se crucial. A afetação a projetos específicos (com maturidades não comprovadas), pode condicionar a execução e tornar inflexível a emergência de novas dimensões, mais estruturantes. A gestão deve acompanhar as dinâmicas de absorção, assegurando uma adequada montagem/maturação das operações a financiar.

Tendo em conta os referenciais estabelecidos, os objetivos do Plano de Ação e as orientações do Aviso ITI – PROVERE -2024-02, o PADRE II está estruturado em 5 eixos de intervenção:

EIXO I – PATRIMÓNIO NATURAL E BIODIVERSIDADE

O **Eixo I** visa responder ao desenho do Aviso em que foi prevista a programação de um Eixo denominado **Conservação da Natureza e Biodiversidade** que na repartição indicativa da dotação financeira tem uma afetação de um terço do Fundo do Aviso, correspondente a 10,5 M€ em termos absolutos. Paralelamente, o Aviso estabelece indicações relevantes quanto às Tipologias de Operação e Objetivos Específicos a considerar para efeitos de elegibilidade dos projetos a integrar no Plano de Ação.

Dada a natureza do território PADRE II, sobretudo em termos da composição de recursos naturais e paisagem e da relevância da transição climática no Barrocal e na Serra Algarvia, faz sentido a existência deste Eixo num instrumento territorial dedicado ao aproveitamento e valorização dos recursos endógenos.

Acresce que a CCDR Algarve, em parceria com outras entidades (nomeadamente, ICNF, AGIF, Organizações de Produtores Florestais, Organizações não governamentais do Ambiente, Turismo de Portugal e RTA, ADL e Municípios), elaborou em 2023/2024 o Plano de Ação das Infraestruturas Verdes e Biodiversidade (PAIVB) um instrumento que dispõe de uma identificação detalhada (e oportunamente validada, na aprovação do Plano de Ação) de projetos e ações com incidência nos territórios de baixa densidade, os territórios PADRE. A análise e reconsideração crítica do PAIVB permite sistematizar um conjunto de intervenções com espessura própria que estabelecem uma relação promissora com a valorização dos recursos do território (missão e core de objetivos do

PADRE II), designadamente em operações de proteção e conservação de recursos naturais, sensibilização para a sustentabilidade ambiental e criação de condições facilitadoras da visitação e fruição.

A referida análise do PAIVB permitiu, a título de exemplo, identificar as seguintes ações- tipo, grande parte das quais associadas a Municípios e ADL com envolvimento no PADRE II:

- Melhoria das condições de visitação das 3 áreas protegidas – Parque Natural da Ria Formosa, Parque Natural do Sudoeste Alentejano, Reserva Natural do Sapal de Castro Marim;
- Programa Autocaravanismo Responsável – Criação de Rede Nacional de Áreas de Serviço para Autocaravanas;
- Capacitação dos profissionais do turismo na Região do Algarve nas áreas da Sustentabilidade e da Biodiversidade;
- Programa Regional de Ecoturismo (PRE); PIAAC-AMAL- Setor da Biodiversidade;
- Requalificação dos Parques verdes urbanos - Reduzindo o consumo de água e multiplicando espécies autóctones;
- Plano de sensibilização, comunicação e usufruto do património natural e sua concretização;
- Dinamização dos Recursos Endógenos da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António e Plano de Ação para a Biodiversidade.

Este Eixo é representativo de uma abordagem inovadora face ao quadro anterior. Reforça as preocupações de uma **agenda de resiliência** articulando a valorização dos ecossistemas com uma experiência de usufruto e valorização dos recursos mais sustentável.

Trata-se de apelar à inclusão dos recursos paisagísticos, florestais e ambientais, no contexto da experiência territorial enquanto fator distintivo. Valoriza-se a interpretação, a fruição e o reforço dos valores da biodiversidade, enquanto elementos distintivos destes territórios.

Neste enquadramento, devemos valorizar a matriz que enformou as estratégias definidas para este território nos domínios ambientais, nomeadamente no âmbito do Plano de Ação para as Infraestruturas Verdes e a Biodiversidade.

Este eixo, pela sua natureza, deve ser **coordenado pela CCDR**.

EIXO II – ALDEIAS INTELIGENTES

O **Eixo II**, relativo à **Rede de Aldeias Inteligentes**, tem como referencial o trabalho desenvolvido pela CCDR Algarve, que elaborou um documento de referência para a criação de uma Rede de Aldeias Inteligentes no Algarve.

A criação desta Rede ocorre no contexto da Valorização do Interior e estabelece um conjunto de desafios, entre os quais se salienta a utilização de novas tecnologias, incluindo as digitais, para aproveitar novas oportunidades de transformação a partir de iniciativas, atividades, formas de ocupação e empregos nas áreas rurais, em resultado da melhoria da cobertura das infraestruturas digitais e da literacia dos utilizadores.

O racional de intervenção para a criação da Rede de Aldeias Inteligentes do Algarve, encontra-se sistematizado no Documento da CCDR Algarve num conjunto coerente de entradas/domínios de intervenção.

A sua estruturação no contexto do PADRE II, está prevista em Aviso, e procura assegurar a abertura de um processo concorrencial, suportada num dossier de candidatura que assegure com transparência, um leque de aldeias de intervenção capazes de aliar princípios energéticos e soluções de criatividade, constituindo-se como novas centralidades, neste território.

Este eixo, pelo foco, deve ser **contratualizado com a AMAL**, mas articulado com CCDR e outras entidades com dimensões aduadas para concretização dos investimentos (que devem integrar o júri e o grupo de acompanhamento à implementação).

EIXO III – REFORÇO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS EM REDE

O **Eixo III**, referente ao **Reforço e valorização dos recursos em rede**, pretende assegurar a resposta ao aviso e ao reforço das boas praticas do período anterior. Neste contexto, o Eixo garante a continuidade de projetos em redes assegurados pelas ADL, não obstante, as intervenções devem garantir alterações do modelo de implementação que melhorem ou resolvam estrangulamentos do quadro anterior. Nomeadamente:

- Clarificar e estabilizar o modelo e âmbito de cada Coordenação, reforçando a dimensão de animação e contratualizando os âmbitos e as ações a operacionalizar;
- Reforçar o papel de coordenação da AMAL;

- Reforçar a coerência de intervenções nas dimensões de promoção, comunicação, eventos e estruturação de novos produtos, em particular por intervenção da RTA à luz das prioridades do PMETA;
- Assegurar a elegibilidade de ações imateriais fora da área do PADRE II.

Neste âmbito, temos como referencial as propostas de melhoria no âmbito das ações que vêm do quadro anterior.

O Eixo, pela natureza da articulação, deve ter a **contratualização com a AMAL** que por sua vez deve estabelecer os mecanismos de responsabilização com as ADL;

EIXO IV – VALORIZAR RECURSOS E TERRITÓRIOS

O **Eixo IV**, visa **Valorizar Recursos e Territórios**, abrangendo intervenções de carácter mais estrutural para cada um dos territórios de intervenção, configurando a sua intervenção em elementos âncora dos recursos endógenos a valorizar, conferindo novas dimensões de atratividade e de indução de atividade económico nos territórios.

Este eixo visa ser a expressão de identidade ou a emergência de dimensões materiais e/ ou imateriais que estruturem/ reforcem ativos territoriais, devendo valorizar as ações que estabelecem sinergias/ complementaridades entre investimentos.

Pela sua natureza, o quarto eixo de intervenção do plano de ação é **contratualizado com a AMAL**, que assumirá a relevância dos investimentos para a estratégia de valorização dos recursos endógenos.

EIXO V – CAPACITAÇÃO E GOVERNANÇA

Por fim, mas não menos relevante, o Eixo V, focado na Capacitação e Governança, assume uma relevância estruturante, assegurando a construção de competências e capacidade de gestão do Plano e dos seus atores.

Pela sua natureza, deve ser centralizado com a AMAL.

2.3.2. Plano de Financiamento por Fundo, Eixo de Intervenção e Objetivo Específico

Tabela 2. Plano de Financiamento por Eixo, Objetivos e Tipologias a mobilizar

Eixo de Intervenção	Objetivo Específico	Tipologia a mobilizar	Montante	Fundo
Eixo I – Património Natural e Biodiversidade	RSO 2.7 ¹⁰	- Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade; - Infraestruturas verdes; - Ações de promoção, sensibilização e comunicação	5.500.000 €	FEDER
	RSO5.2 ¹¹	Valorização do Património Natural	500.000 €	FEDER
Eixo II – Aldeias Inteligentes	RSO2.1 ¹²	Eficiência energética na AP Regional e Local	3.800.000 €	FEDER
	RSO2.2 ¹³	Comunidades de Energia Renovável	1.500.000 €	FEDER
	RSO5.2	- Ecosistemas de Inovação - Refuncionalização de Equipamentos Coletivos - Qualificação do Espaço Público - Respostas locais a desafios territoriais específicos	3.000.000 €	FEDER
Eixo III – Reforço e valorização dos recursos em rede	RSO5.2	- Estruturação de produtos turísticos sub-regionais e locais; - Refuncionalização de equipamentos coletivos; - Qualificação do espaço público	4.200.000 €	FEDER
Eixo IV – Valorizar recursos e territórios	RSO2.1	Eficiência energética na AP Regional e Local	3.300.000 €	FEDER
	RSO5.2	- Ecosistemas de Inovação - Valorização do Património Cultural - Valorização do Património Natural - Apoio à estruturação de produtos turísticos sub- regionais e locais; - Refuncionalização de equipamentos coletivos - Qualificação de espaço público - Programação cultural; - Serviços e recursos digitais para a valorização de territórios; - Respostas locais a desafios territoriais específicos	9.800.000 €	FEDER
Eixo V – Capacitação e Governança	RSO5.2	Governança, coordenação e dinamização do consórcio	1.200.000 €	FEDER
		Ações inovadoras para responder ao desafio demográfico	500.000 €	FEDER

¹⁰ RSO2.7 – Conservação da natureza, biodiversidade e património natural

¹¹ RSO5.2 – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas

¹² RSO2.1 – Eficiência Energética

¹³ RSO2.2 – Energia Renovável

Tabela 3. Plano de Financiamento por Fundo, Eixo de Intervenção e Objetivo Específico

Fundo	Eixo de Intervenção	Objetivo Específico	Montante
FEDER	Eixo I – Património Natural e Biodiversidade	RSO 2.7 – Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	5.500.000 €
		RSO5.2 - Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas	500.000 €
	Eixo II – Aldeias Inteligentes	RSO2.1 – Eficiência Energética	3.800.000 €
		RSO 2.2 – Energia Renovável	1.500.000 €
		RSO5.2 - Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas	3.000.000 €
	Eixo III – Reforço e valorização dos recursos em rede	RSO5.2 - Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas	4.200.000 €
	Eixo IV – Valorizar recursos e territórios	RSO2.1 – Eficiência Energética	3.300.000 €
		RSO5.2 - Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas	9.800.000 €
	Eixo V – Capacitação e Governança	RSO5.2 - Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas	1.200.000 €
			500.000 €

Tabela 4. Plano de Financiamento por Eixo de Intervenção

Eixo de Intervenção	Montante
Eixo I – Património Natural e Biodiversidade	6.000.000 €
Eixo II – Aldeias Inteligentes	8.300.000 €
Eixo III – Reforço e valorização dos recursos em rede	4.200.000 €
Eixo IV – Valorizar Recursos e Territórios	13.100.000 €
Eixo V – Capacitação e Governança	1.700.000 €
Total	33.300.000 €

2.3.3. Contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

O duplo desafio verde e digital, assume um papel transversal às prioridades do PADRE II. No entanto o compromisso dos seus intervenientes, nomeadamente dos municípios, com um desenvolvimento regional equilibrado e coeso, sustenta-se numa abordagem mais integrada, personalizada nas respostas ao Desafios do Milénio, com uma preocupação de assegurar uma resposta continua e empenhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Assim, a matriz que se segue pretende estabelecer relações entre os objetivos específicos

a mobilizar no presente Plano de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

Tabela 5. Matriz de relação entre Objetivos Específicos e ODS

Objetivo Específico	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável			
RSO2.1 – Eficiência Energética				
RSO 2.2 – Energia Renovável				
RSO 2.7 – Conservação da natureza, biodiversidade e património natural				
RSO5.2 - Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas	  	  	  	  

2.3.4. Indicadores e Metas

Tabela 6. Matriz de indicadores e metas

OE ¹⁴	Natureza	Designação	Unidade de Medida	Meta Regional ¹⁵	Meta Proposta ¹⁶
RSO2.1	Realização	RCO19 – Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Metros Quadrados	132.909	16.500
	Resultado	RCR26 – Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros)	MWh/ano	99.078	136.287 ¹⁷

¹⁴ Objetivo Específico

¹⁵ Meta estabelecida no Programa Regional do Algarve 2030

¹⁶ Meta proposta tem como horizonte temporal o ano de 2029

¹⁷ Meta estimada com base no valor de referência regional de 141.540 MWh/ano (cf. PR Algarve) e meta regional estabelecida, traduzindo-se num contributo de redução de 5.253 MWh/ano no final do período de intervenção do PADRE II.

OE ¹⁴	Natureza	Designação	Unidade de Medida	Meta Regional ¹⁵	Meta Proposta ¹⁶
RSO2.2	Realização	RCO97 - Comunidades de energia renovável apoiadas	Comunidades de energia renovável	12	4
	Resultado	RCR31 - Total de energias renováveis produzidas (das quais: elétrica, térmica)	MWh/ano	38.000	12.600
RSO2.7	Realização	RCO36 - Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas	Hectares	553	11
	Resultado	RCR95 - População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	Pessoas	6.803	11.700
RSO5.2	Realização	RCO74 – População abrangida por projeto no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integradas	Pessoas	177.147	135.764
	Realização	RCO75 – Estratégias de Desenvolvimento Territorial Integradas	Contribuições para Estratégias	2	1
	Resultado	RSR10 – Projetos transversais de âmbito intermunicipal	Número	10	9
	Resultado	RSR11 – Instituições envolvidas nos projetos de capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiadas	Número	34	15

2.3.5. Contributo para o Tagging Climático

Tabela 7. Matriz de contributos estimados para o Tagging Climático por Eixo de Intervenção e Objetivo Específico (OE)

Eixo de Intervenção	OE	Montante	Contributo para o Tagging Climático	
			Contributo (%)	Contributo (€)
Eixo I – Património Natural e Biodiversidade	RSO2.7	5.500.000 €	40%	2.200.000 €
	RSO5.2	500.000 €	0%	-
Eixo II – Aldeias Inteligentes	RSO2.1	3.800.000 €	100%	3.800.000 €
	RSO2.2	1.500.000 €	100%	1.500.000 €
	RSO5.2	3.000.000 €	0%	-
Eixo III – Reforço e valorização dos recursos em rede	RSO5.2	4.200.000 €	0%	-
Eixo IV – Valorizar Recursos e Territórios	RSO2.1	3.300.000 €	100%	3.300.000 €
	RSO5.2	9.800.000 €	0%	-
Eixo V – Capacitação e Governança	RSO5.2	1.700.000 €	0%	-
Contributo Total Estimado para o Tagging Climático				10.800.000 €

2.3.6. Listagem Indicativa de Projetos a apoiar

Tabela 8. Lista indicativa de operações a apoiar do Eixo I - Património Natural e Biodiversidade

Promotor	Designação do Projeto	Período de Execução do Projeto		Investimento Estimado	Fundo Estimado
		Início	Fim		
RSO 2.7 – Proteção da Natureza e Biodiversidade ¹⁸					
CM Aljezur	Parque Urbano Malhadais	2027	2028	2.700.000,00 €	1.620.000,00€
CM Albufeira	Criação de um Jardim Eco Botânico e Percurso Interpretativo	2025	2027	700.000,00 €	420.000,00 €
CM Loulé	Valorização dos Recursos do Território (Cinegéticos, Florestais, etc.)	2026	2027	300.000,00 €	180.000,00 €
CM Silves	CILI – Centro Interpretativo do Lince Ibérico	2025	2027	1.850.0000,00 €	1.110.000,00 €
CM Vila do Bispo	Ecovia e Ciclovía da Costa Vicentina (Vila do Bispo/ Aljezur) – 2.ª fase ¹⁹	2024	2025	4.214.544,49 €	2.950.181,14 €
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas ¹⁸					
CM Albufeira	Centro de Interpretação do Barrocal	2026	2028	2.500.000,00 €	1.500.000,00 €
CM Loulé	Geoparque – centro de interpretação e exposições	2025	2028	6.250.000,00 €	3.750.000,00 €
ADL Vicentina	Algarve + Sustentável	2025	2028	250.000,00 €	150.000,00€

Tabela 9. Lista indicativa de operações a apoiar do Eixo II – Aldeias Inteligentes

Promotor	Designação do Projeto	Período de Execução do Projeto		Investimento Estimado	Fundo Estimado
		Início	Fim		
RSO2.1 – Eficiência Energética					
AMAL	Projetos atribuídos no âmbito do concurso público para as Aldeias Inteligentes	2025	2028	6.333.333,33 €	3.800.000,00 €
RSO2.2 – Comunidades de Energia Renovável					
AMAL	Projetos atribuídos no âmbito do concurso público para as Aldeias Inteligentes	2025	2028	2.500.000,00 €	1.500.000,00 €
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas ¹⁸					
Castro Marim	Aldeias Inteligentes - Hub agroalimentar	2026	2030	700.000,00 €	420.000,00 €
Castro Marim	Aldeias Inteligentes - Residenciais / Centro Formação / Centro de Investigação	2026	2030	500.000,00 €	300.000,00 €
CM Lagos	Rede de Aldeias Inteligentes - Barão de São João	2025	2027	1.100.000,00 €	660.000,00 €

¹⁸ O Plano de Ação apresenta uma lista de projetos indicativos, em sede de análise de candidatura serão selecionados em regime de concorrência.

¹⁹ Projeto que transita do quadro de programação anterior, mantendo a taxa de financiamento de 70%

Promotor	Designação do Projeto	Período de Execução do Projeto		Investimento Estimado	Fundo Estimado
		Início	Fim		
AMAL	Projetos atribuídos no âmbito do concurso público para as Aldeias Inteligentes	2025	2028	2.700.000,00 €	1.620.000,00 €

Tabela 10. Lista indicativa de operações a apoiar do Eixo III – Reforço e valorização dos recursos em rede

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
Rede de Mercados Locais 2030 – construção e/ou requalificação		12.650.000, 00€	7.590.000,00 €
Promotor	Designação	Ano de Início	Ano de Conclusão
CM Albufeira	Adaptação do Mercado de Paderne	2027	2027
CM Alcoutim	Modernização do Mercado Local de Alcoutim	2026	2028
CM Aljezur	Requalificação do Mercado Municipal de Aljezur	2026	2027
CM Aljezur	Centro de Desporto da Natureza	2027	2028
CM Faro	Requalificação e dinamização do Mercado Municipal de Estoi, como montra dos recursos endógenos.	2025	2028
CM Lagos	Rede de Mercados Locais	2025	2026
CM Monchique	Mercado Municipal de Monchique	2025	2026
CM Olhão	Requalificação do Mercado de Moncarapacho – Flea Market	2026	2027
CM Tavira	Rota dos Mercados + Produtos endógenos	2026	2028
CM Vila do Bispo	Requalificação do Mercado Municipal de Sagres	2025	2027
CM Vila do Bispo	Requalificação do Mercado Municipal de Vila do Bispo	2026	2028

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
Rede de Mercados Locais 2030 – Valorização e Dinamização		950.000, 00€	570.000,00 €
Promotor	Designação	Ano de Início	Ano de Conclusão
ADL Vicentina	Rede Regional de Mercados Locais	2025	2028

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
READY 2030 – Construção e/ou requalificação		4.316.000,00 €	2.589.600,00 €
Promotor	Designação	Ano de Início	Ano de Conclusão
CM Alcoutim	Construção de ciclovia entre a estação de BTT do campo de futebol e a ponte internacional entre Alcoutim e San Lúcar del Guadiana	2026	2028
CM Aljezur	Rota Islâmica	2026	2027
CM Castro Marim	Rede percursos pedestres do Baixo Guadiana e da GR 15	2027	2030
CM Castro Marim	Ciclovía “Paco de Lúcia” entre Castro Marim e Monte Francisco e ligação ao “Triângulo Verde Ciclável”	2026	2028
CM Loulé	Valorização de percursos pedestres no concelho de Loulé	2025	2026
CM Monchique	Via Ferrata em Alferce	2025	2026
CM Monchique	Centro Cycling e Anfiteatro Natural	2024	2026
CM Monchique	2º Passadiço do Barranco	2026	2029
CM Tavira	Sinalética de percursos pedonais, interligados com os percursos cicláveis - Cycling (Santa Catarina da Fonte do Bispo e Cachopo)	2026	2026
ADL VICENTINA	Rotas Rurais e Centro Interpretativo da Escrita do Sudoeste	2025	2028

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
READY 2030 – Valorização e Dinamização		400.000,00 €	240.000,00 €
Promotor	Designação	Ano de Início	Ano de Conclusão
ADL Baixo Guadiana	Promoção e Animação do projeto READY	2026	2028

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
Rota Serrana do Autocaravanismo 2030 – Construção e/ ou Requalificação		4.500.000,00 €	2.700.000,00 €
Promotor	Designação	Ano de Início	Ano de Conclusão
CM Alcoutim	Criação de ASA em Martim Longo	2027	2028
CM Alcoutim	Valorização da ASA de Alcoutim	2025	2026
CM Alcoutim	Melhoria e ampliação do parque de caravanas do Pereiro	2027	2028
CM Aljezur	Parque de Autocaravanismo de Aljezur	2026	2026
CM Lagos	Criação de Áreas de Serviços para Autocaravanas na União de freguesias de Bensafrim e Barão de São João	2027	2027
CM Loulé	Área de Serviço de Autocaravanas em Alte	2026	2028
CM Tavira	Parque de Autocaravanismo em Sta. Catarina da Fonte do Bispo	2027	2027
CM Tavira	Parque de Autocaravanismo em Cachopo	2026	2027

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
Rota Serrana do Autocaravanismo 2030 – Dinamização e Valorização		200.000,00 €	120.000,00 €
Promotor	Designação	Ano de Início	Ano de Conclusão
ADL InLoco	Rota Serrana do Autocaravanismo	2025	2028

Tabela 11. Lista indicativa de operações a apoiar do Eixo IV – Valorizar Recursos e Territórios

Promotor	Designação do Projeto	Período de Execução do Projeto		Investimento Estimado	Fundo Estimado
		Início	Fim		
RSO2.1 – Eficiência Energética					
AMAL	Projetos atribuídos no âmbito do concurso público para as Aldeias Inteligentes	2025	2028	5.500.000,00€	3.300.000,00 €

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
Promoção e valorização da Dieta Mediterrânica		523.000,00 €	313.800,00 €
Promotor	Designação	Ano de Início	Ano de Conclusão
CM Tavira	Promoção e dinamização da Dieta Mediterrânica como Património Imaterial da Humanidade	2026	2028
ADL InLoco	Rota da Dieta Mediterrânica – Experiências gastronómicas e culturais, sustentáveis e inclusivas.	2026	2028

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
Valorização de produtos da gastronomia do Algarve e sistemas alimentares sustentáveis		5.902.500,00 €	3.541.500,00 €
Promotor	Designação	Ano de Início	Ano de Conclusão
ADL InLoco	Carta Gastronómica do Algarve	2025	2027
ADL InLoco	O Prato Certo	2025	2028
ADL InLoco	Centros de abastecimento regionais – Agrupamentos da pequena produção	2027	2028
CM Aljezur	Núcleo da Batata-Doce e Produtos de Qualidade	2027	2028
CM Castro Marim	Centro Experimental Gastronómico – Flor de Sal	2027	2030
CM Castro Marim	Festival associado ao sal e ações de promoção alusivas a este produto endógeno	2027	2029
CM Castro Marim	Plano de Exposições – Casa do Sal – Cultura com Tempero	2026	2030
CM Lagos	Promoção e valorização dos produtos endógenos: Divulgação e certificação do D. Rodrigo e do doce fino do Algarve	2025	2027

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
Iniciativas de promoção e dinamização dos recursos territoriais		3.370.500,00 €	2.022.300,00 €
Promotor	Designação	Ano de Início	Ano de Conclusão
ADL VICENTINA	Turismo fora d'horas	2025	2028
ADL VICENTINA	Serra e Artes	2025	2028
CM Alcoutim	Mupis Digitais de Outdoor e Indoor para Promoção do Marketplace e Conectividade Wi-Fi	2026	2028
CM Alcoutim	Plataforma digital de comercialização de produtos endógenos – Valorização dos produtores e artesãos	2026	2028
CM Castro Marim	Festival de Amendoeiras	2026	2030
CM Castro Marim	Ações de promoção do Património de Castro Marim	2027	2030
CM Castro Marim	Festival de Lucia	2027	2028
CM Castro Marim	Criação Marca Territorial – Paco de Lucia	2028	2030
CM Monchique	Parque de festas de Marmeleite	2025	2026
CM S. Brás Alportel	Valorização da Feira da Serra	2026	2029
CM Vila do Bispo	Ações de valorização económica de recursos endógenos	2025	2028
CM Vila do Bispo	Marketplace de produtos locais	2026	2027
CM Vila do Bispo	Plataforma de dados do território	2027	2028
CM Vila do Bispo	Turismo Digital com conhecimento Real	2026	2027

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
Infraestruturas de apoio ao empreendedorismo, co-working e I&D		10.200.000,00 €	6.120.000,00 €
Promotor	Designação	Ano de Início	Ano de Conclusão
CM Albufeira	Residências Criativas em Paderne	2026	2027
CM Albufeira	Implementação do Polo de Paderne da Start-up Albufeira	2026	2027
CM Alcoutim	Criação de espaço co-working em Martim Longo	2026	2028
CM Castro Marim	Aldeias Inteligentes – Centro de co-working	2026	2029
CM Loulé	Recuperação e apetrechamento da sede do Geoparque Algarvensis com espaço de acolhimento a investigadores	2026	2028
CM S. Brás Alportel	Centro de Empreendedorismo e Inovação de São Brás de Alportel	2026	2028
CM S. Brás Alportel	Centro de Experimentação Artística da Cortiça e da Pedra	2026	2028

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
Infraestruturas de apoio ao empreendedorismo, co-working e I&D		10.200.000,00 €	6.120.000,00 €
CM S. Brás Alportel	Reabilitação do Lagar de Azeite para criação da Oficina das Artes e Incubadora de Empreendedorismo	2026	2028
Museu Zer0	Centro de Incubação de Talentos Empreendedores	2025	2028

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
Valorização do património ambiental e cultural		16.792.357,17 €	10.963.310,17 €
Promotor	Designação	Ano de Início	Ano de Conclusão
CM Albufeira	Recuperação de açudes, noras e azenhas e criação de percurso	2026	2027
CM Albufeira	Criação de um Centro de Acolhimento e Interpretação do Castelo de Paderne	2025	2027
CM Albufeira	Castelo de Paderne Virtual	2025	2026
CM Albufeira	Criação do Espaço Memória da FACEAL – Espaço interpretativo da Fábrica de Tijolos e ligação ao Geossítio das Lagoas de Mem Moniz	2027	2028
CM Albufeira	Reabilitação e requalificação do edifício da Sociedade Musical e Recreio Popular de Paderne/Casa do Acordeão	2027	2027
CM Albufeira	Centro Ambiental do Planalto do Escarpão (PECA – Planalto do Escarpão – Centro Ambiental)	2025	2027
CM Alcoutim	Melhoria da mobilidade na envolvente do Castelo de Alcoutim	2026	2028
CM Alcoutim	Plano de intervenção em espaço rustico, no Pego Fundo – Construção de Glamping	2027	2028
CM Aljezur	Requalificação do Museu do Mar e da Terra da Carrapateira	2027	2028
CM Castro Marim	Birdwatching - Observação de aves na Reserva Natural do Sapal de Castro e VRSA	2028	2030
CM Castro Marim	Rede de Estação D'Artes (cestaria, tecelagem, entre outros)	2028	2030
CM Faro	Requalificação e dinamização dos Jardins do Palácio de Estoi	2025	2028
CM Faro	Construção do “Centro Cultural e de Inovação da Bordeira” – 2ª fase - Faseamento do PT 2020 (ao abrigo do Art.º 118º A do Regulamento Europeu 2021/1060) ²⁰	2023	2025
CM Lagos	Criação do Centro Interpretativo da Mata de Barão de São João	2025	2027
CM Lagos	Centro Interpretativo do Mundo Rural de Odiáxere	2025	2027
CM Lagos	Percursos de Interpretação da Natureza e Cultura de Bensafrim	2027	2027
CM Loulé	Programa digital para o interior do concelho de Loulé – rotas turísticas digitais	2025	2026
CM Loulé	Valorização de geossítios – Geoparque Algarvensis	2025	2026
CM Monchique	Reabilitação do edifício Escola das Casais	2025	2027
CM Monchique	Reabilitação urbana e reabilitação de edifício onde funcionará o Arquivo Municipal	2025	2027
CM Monchique	Reabilitação do edifício da Casa do Povo de Monchique	2026	2027
CM Monchique	Reabilitação das Termas da Fornalha (JF Alferce)		
CM Olhão	Casa das Tradições de Pechão	2026	2027
CM S. Brás Alportel	Reabilitação da Casa dos Cantoneiros de Bicas da Serra – Valorização da Rota da EN2 no contexto das Aldeias Inteligentes	2025	2028
CM S. Brás Alportel	Centro Interpretativo das tochas Floridas		
CM S. Brás Alportel	Criação da Rota do Olhar e Reabilitação de Espaços Associados		
CM Tavira	Valorização das Antas de Cachopo	2027	2028
CM Tavira	Reabilitação dos Palheiros de Cachopo	2027	2028
CM Tavira	Reabilitação do Espaço exterior da Casa da Aldeia em Cachopo	2027	2027

20 Projeto que transita do quadro de programação anterior, com um investimento total de 1.289.748,39€, e mantendo a taxa de financiamento de 90%.

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
Valorização do património ambiental e cultural		16.792.357,17 €	10.963.310,17 €
CM Tavira	Rota de Valorização dos Produtos Endógenos – Telheiros e Destilarias de Santa Catarina da Fonte do Bispo	2026	2027
CM Vila Real de Santo António	Roteiro património hidráulico de Cacela	2026	2028
CM Vila Real de Santo António	Sítio arqueológico do Poço Antigo	2026	2028
CM Vila Real de Santo António	Túmulo Megalítico de Santa Rita – Cacela	2026	2028
Museu Zer0	Museu Zer0: Centro de Arte Digital ²¹	2025	2028
Museu Zer0	Museu Zer0: Centro de Arte Digital – valorização de produtos e saberes locais	2025	2028

Designação		Investimento Estimado	Fundo Estimado
RSO 5.2. – Desenvolvimento integrado nas zonas não urbanas¹⁸			
Criação e requalificação de infraestruturas aquáticas e fluviais		5.580.000,00 €	3.348.000,00 €
Promotor	Designação	Ano de Início	Ano de Conclusão
CM Alcoutim	Criação de cais na localidade do Álamo	2026	2028
CM Alcoutim	Remodelação do cais junto à localidade de Guerreiros do Rio, com melhoria das infraestruturas de apoio	2026	2028
CM Alcoutim	Remodelação do cais junto à localidade de Laranjeiras, com melhoria das infraestruturas de apoio	2026	2028
CM Alcoutim	Criação de cais na localidade dos Premedeiros	2026	2028
CM Alcoutim	Criação de cais junto à foz da ribeira do Vascão	2026	2028
CM Alcoutim	Melhoramento das infraestruturas existentes junto à praia fluvial de Alcoutim	2026	2027
CM Alcoutim	Construção de infraestrutura aquática/lúdica em Martim Longo	2026	2028
CM Castro Marim	Requalificação dos acessos e do Cais da Foz de Odeleite	2027	2029
CM Castro Marim	Requalificação do Cais de Castro Marim	2027	2027

Tabela 12 Lista indicativa de operações a apoiar do Eixo V – Capacitação e Governança

Promotor	Designação do Projeto	Período de Execução do Projeto		Investimento Estimado	Fundo Estimado
		Início	Fim		
RSO5.2 – Capacitação de atores e redes					
AMAL	Projetos a mobilizar no âmbito da capacitação de atores e redes	2025	2028	2.000.000,00 €	1.200.000,00 €
RSO5.2 – Ações inovadoras para responder ao desafio demográfico					
AMAL	Projeto a mobilizar no âmbito de ações inovadoras para responder ao desafio demográfico	2025	2028	833.333,33 €	500.000,00 €

²¹ Projeto que transita do quadro de programação anterior, com um investimento total de 2.504.858,78€ e mantendo a taxa de financiamento de 80%.

2.4. Modelo de Governação

2.4.1. Elementos de ordem geral

A **gestão estratégica e operacional na esfera de atribuições e competências da AMAL** atende a dimensões institucionais para além das indispensáveis componentes de base técnica que pressupõem um esforço de capacitação de recursos, com fixação de competências profissionais.

No enquadramento do Acordo de Parceria Portugal 2030, a abordagem diferenciada face à adotada no período de programação 2014-2020 relativamente aos instrumentos de intervenção integrada multinível, deve ter implicações nos processos de contratualização enquadrados pelos fundos comunitários ao abrigo da política de coesão.

A experiência de contratualização mostra uma trajetória de “alargamento das abordagens de governança multinível” traduzida em: (i) consolidação da escala sub-regional de administração, assumindo as CIM como interlocutor privilegiado das CCDR/AG dos programas; (ii) alargamento do âmbito temático das intervenções objeto de contratualização a áreas menos tradicionais de investimento municipal; e (iii) alargamento da contratualização a novos atores no quadro de parcerias constituídas na fase de elaboração dos instrumentos e que acompanham a implementação dos mesmos, conferindo conhecimento territorial e/ou setorial e capacidade de iniciativa e atuação que acrescenta valor ao processo e na ótica dos resultados a alcançar.

O quadro regional de coincidência de áreas territoriais correspondentes à atuação da CCDR Algarve (NUT II) e da CIM AMAL (NUT III), aconselha a adotar um “modelo específico de articulação e complementaridade” que possa contribuir para mitigar as insuficiências de articulação e coordenação, requisitos prévios à eficácia e eficiência na gestão de recursos e iniciativas em territórios com debilidades reconhecidas de capital social e institucional. Os mecanismos para contratualizar o financiamento e a implementação devem ser dimensionados face a novas responsabilidades decorrentes da descentralização de competências, que gera heterogeneidade setorial e traz exigências de (re) capacitação técnica da intervenção da CIM junto dos Municípios e de outros parceiros do território.

Neste enquadramento, a assunção de responsabilidades no âmbito da gestão do PADRE II, deve assentar em parcerias multinível com Municípios, ADL e entidades setoriais que proporcionem um nível adequado de operacionalização e concretização dos objetivos de valorização do interior.

Paralelamente, a AMAL pretende assumir o quadro de competências transversais indispensáveis à implementação eficaz de um instrumento que reveste complexidade muito superior à do PADRE I e pressupõe a fixação de novas

competências técnicas em matéria de gestão, acompanhamento e animação de parcerias no território adequadas à mobilização dos recursos da dotação financeira do Aviso, orientados para o desenvolvimento socioeconómico, ambiental e cultural do Algarve Interior.

2.4.2. Elementos de ordem operacional

De acordo os resultados de Balanço do PADRE I e tendo em consideração os elementos processados nas reuniões de trabalho com os Municípios, ADL e outras entidades do território, estão identificadas necessidades mais específicas de gestão de Implementação do PADRE II, nomeadamente:

- **Operações no âmbito dos Património Natural e Biodiversidade** que compreendem tipologias de projeto e ações que convergem com o Plano de Ação das Infraestruturas Verdes e Biodiversidade, de iniciativa da CCDR e com iniciativa de intervenção da responsabilidade de diversas entidades (ICNF, AGIF, APA, Municípios, ...).
- **Operações no âmbito da promoção de ativos regionais**, da identidade algarvia e com vocação turística, de que são exemplo a Dieta Mediterrânica, diversas Rotas temático-territoriais, turismo de natureza, ...; a promoção e marketing mais robustos (meios e alvos de mercado), recomendam abordagens integradas "puxadas" pela alavanca Turismo de Portugal e respetiva antena regional (RTA), sem prejuízo de parcerias operativas com os Municípios e ADL, com histórico de atuação nestes domínios temáticos.
- **Operações no âmbito da Rede Regional de Mercados Locais**, cuja consolidação e resultados, a partir dos apoios do PADRE I, motiva o interesse de adesão por parte de vários Municípios, manifestado junto da Vicentina.
- **Operações de valorização de recursos endógenos de matriz produtiva** (extração, transformação e comercialização) que sugerem a necessidade de organizar formas de apoio logístico e de assistência técnica aos produtores, relativamente heterogéneas (abate de pequenos ruminantes, armazenamento e conservação de pequenas produções agrícolas, ...); a diversidade de produtos e a dispersão ao longo do Barrocal e da Serra algarvia, implicam uma reflexão aturada sobre a melhor forma (entre soluções físicas e de acesso digital) de organizar esses apoios num domínio crucial da valorização dos recursos endógenos do interior do Algarve, os sistemas alimentares territoriais.
- **Operações de iniciativa municipal potencialmente na esfera das Aldeias Inteligentes** que exigem abordagens integradas e com algum nível de harmonização para responder, p. ex., a critérios de referência da Iniciativa New European Bauhaus para os quais se afigura necessário mobilizar capacidade

de projeto para desenvolver conceitos de refuncionalização de edifícios com qualidade, e envolver na componente digital a ANACOM e operadores de rede.

Tendo presente as dimensões operacionais a contemplar, considera-se indispensável estruturar o Modelo de Governação com as seguintes componentes:

(I) Coordenação estratégia e operacional da responsabilidade da AMAL, contratualização da gestão dos Eixos I, II, III e IV ²², assente numa estrutura técnica dedicada dinamizada por um especialista em desenvolvimento regional e reunidos competências em economia, gestão engenharia de ambiente ou geografia. Esta estrutura deve acompanhar de forma fina, a implementação do PADRE II, na relação com os municípios e demais entidades. A Coordenação AMAL, articula, por um lado, com o Conselho Intermunicipal da CIM, a AG Algarve 2030 e as entidades gestoras de Projetos transversais.

Funções: gestão global e comunicação; preparação de Avisos; análise de candidaturas; elaboração de pareceres para AG Algarve 2030; instrução de PP, Dossiers de Saldo e Relatórios de Execução; Monitorização e Avaliação.

Na sequência da contratualização, deve ser estabelecido um quadro de responsabilidade e um modelo de financiamento estável, com as diferentes entidades implicadas na dinamização dos Projetos transversais (as ADL e a RTA), com obrigações e responsabilidades gerais e específicas devidamente identificadas.

(II) Gestão de Projetos Transversais, que inclui a Rede de Mercados Locais - da responsabilidade da Vicentina; a Promoção Turística- da responsabilidade da RTA; a Rede Serrana de Autocaravanismo- da responsabilidade da In Loco; a READY- da responsabilidade da ATBG; e os projetos do Eixo I Conservação da Natureza e Biodiversidade- da responsabilidade da CCDR).

Funções: gestão de projeto na relação com os municípios e outros parceiros; acompanhamento da execução; organização de PP e Dossiers de Saldo; elaboração de Relatórios de Execução; e Monitorização.

Na relação da AMAL com as entidades terceiras identificadas deverá ter-se presente os pressupostos seguintes:

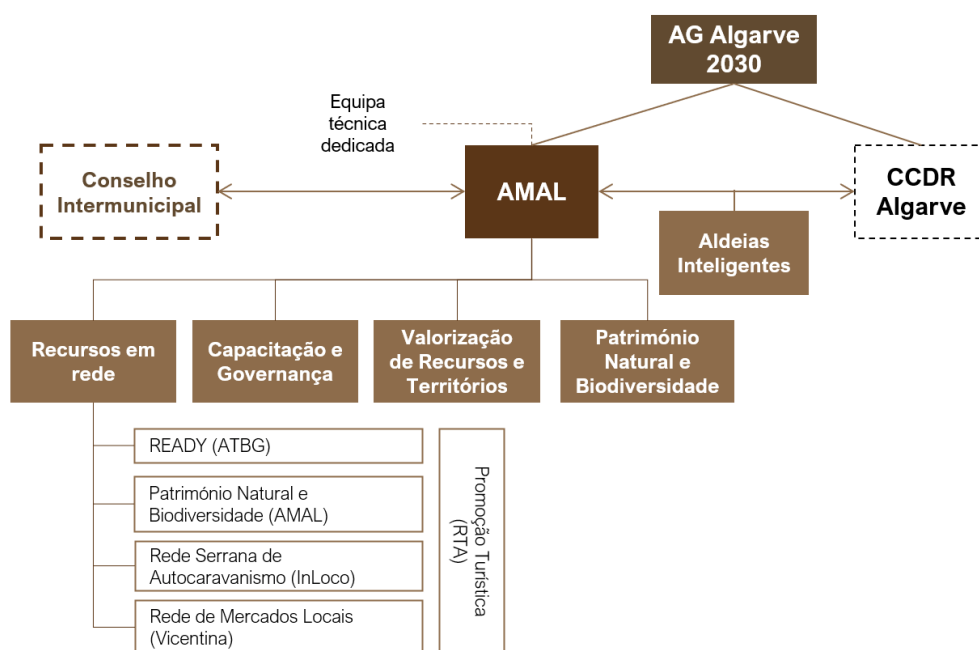
- a AMAL articula com as ADL responsáveis pelos projetos em rede do Eixo III, através de reuniões trimestrais;

²² No Eixo 2, contratualiza com a ressalva que lança Concurso das Aldeias sendo a CCDR um dos elementos do Júri.

- a articulação entre projetos transversais nos territórios de cada um, deve ser reforçada via grupo de trabalho a constituir entre as três ADL, com coordenação da AMAL;
- todos os projetos que envolvam promoção, divulgação, estruturação de produtos turísticos, eventos, têm de ser validados articulados e validados entre a AMAL e a RTA (incluindo dimensões digitais) e assegurando o conveniente alinhamento com o PMETA; a RTA deve ser convocada para o Grupo de Trabalho da AMAL sempre que estas questões estejam em apreciação, o que inclui a dimensão dos projetos em rede do Eixo III e a promoção da Dieta Mediterrânica;
- nas dimensões territoriais, a AMAL deve assegurar a ligação dos projetos do Eixo I e a integração de intervenções com ações da Rota Vicentina e Algarviana, bem como com as dimensões das novas rotas no contexto do READY;
- a AMAL deve articular ações dos sistemas alimentares, geoparque, certificação de produtos e territórios com as restantes dimensões de intervenção, nomeadamente através de planos de ação específicos.

Em matéria de prestação de contas/Monitorização/Comunicação, a AMAL deve assegurar o funcionamento de um *fórum* adequado para, anualmente, apresentar resultados e dimensões de intervenção, suportados em mecanismos de monitorização e de indicadores de acompanhamento (de projetos e de resultados alcançados). Com essa finalidade, a AMAL deverá ter participação no desenho dos Avisos e aceder ao sistema de informação.

Figura 21. Organograma do Modelo de Governação do PADRE II



2.4.3. Plano de Comunicação

A comunicação assume um papel fundamental na disseminação, compreensão e adesão ao PADRE II, assegurando que os seus objetivos, benefícios e impactos sejam amplamente reconhecidos pelos diferentes públicos-alvo.

Assim, a estratégia de comunicação visa estruturar uma abordagem coerente e estratégica, garantindo uma transmissão clara, eficaz e transparente da informação a todos os intervenientes no desenvolvimento regional.

O PADRE II, enquanto instrumento orientador da valorização dos recursos endógenos do Algarve, pretende consolidar um modelo de desenvolvimento territorial sustentado e inovador. Neste contexto, a comunicação surge como um elemento essencial para mobilizar agentes locais, estimular a participação pública e reforçar a coesão territorial.

Deste modo, o presente plano delinea as principais estratégias de comunicação a serem adotadas ao longo da implementação do PADRE 2025 - 2027, visando potenciar a sua visibilidade e impacto.

O Plano de Comunicação está fundamentando em 5 vetores estruturais:

- **Divulgação e promoção do PADRE II**, garantindo que as iniciativas e oportunidades chegam a todos os atores com potencial de envolvimento;
- **Garantir a transparência e proximidade na execução do Plano de Ação**, facilitando o acesso a informação e fomentando confiança no processo de implementação;
- **Fomento do envolvimento da comunidade, municípios e Associações de Desenvolvimento Local**, bem como de todos os agentes com potencial interesse;
- **Valorização dos recursos endógenos**, posicionando o PADRE II como um instrumento catalisador de inovação e desenvolvimento sustentável da região;
- **Uniformidade e coerência da comunicação institucional**, alinhando as diretrizes estratégicas regionais com os objetivos da Comunidade Intermunicipal e das entidades parceiras.

A comunicação e divulgação do PADRE II deverá estar orientada para diversos públicos estratégicos, adaptando-se às suas especificidades, por forma a garantir uma maior eficácia do seu impacto.

A estruturação integrada, recorrendo a diversos canais e abordagens será essencial para uma disseminação eficaz da informação. Desta forma, estará fundamentada nos seguintes pilares:

Plataformas Digitais e Comunicação Online:

- Desenvolvimento de um espaço dedicado ao PADRE 2025 - 2027 no website da AMAL, onde serão disponibilizados documentos estratégicos, notícias, oportunidades de financiamento e acompanhamento das ações em curso;
- Gestão ativa das redes para partilha de conteúdos relevantes, divulgação de eventos e sensibilização da comunidade para os objetivos do plano;

Eventos e Seminários

- Organização de sessões de esclarecimento e workshops dirigidos aos municípios, empresários, associações e outros agentes regionais, promovendo um espaço de diálogo e partilha de conhecimentos;
- Realização de fóruns de debate sobre o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, com participação de especialistas e decisores políticos, reforçando a cooperação e a articulação entre diferentes atores;
- Participação ativa em feiras e eventos temáticos ligados à valorização dos recursos endógenos, potenciando a projeção externa do PADRE e das suas ações.

Materiais informativos e campanhas institucionais

- Produção de brochuras, infográficos e vídeos explicativos, adaptados a diferentes públicos, para facilitar a compreensão das ações do PADRE II e do seu impacto;
- Publicação de comunicados de imprensa, promovendo um maior alcance do PADRE II.

Parcerias estratégicas e redes de colaboração

- Estabelecimento de sinergias com entidades regionais, reforçando a comunicação institucional e o apoio na disseminação das iniciativas;
- Envolvimento das ADL na dinamização das ações de comunicação localmente, assegurando que a informação chegue de forma mais próxima e acessível às comunidades-alvo.

Para garantir a eficácia da estratégia de comunicação, será implementado um sistema de monitorização contínua, permitindo ajustar as ações consoante os resultados alcançados e os desafios identificados.

O sistema de monitorização deverá incluir indicadores como:

- **Alcance e impacto das publicações online;**
- **Nível de participação nos eventos e workshops;**

- **Taxa de adesão às iniciativas e oportunidades do PADRE II;**
- **Grau de satisfação dos stakeholders.**

A análise contínua destes indicadores permitirá não apenas ajustar a comunicação às necessidades dos diferentes públicos, mas também reforçar a visibilidade e o impacto das ações do PADRE II ao longo do seu ciclo de implementação

2.4.4. Estratégia de Acompanhamento

A Estratégia de Acompanhamento do Plano de Ação é fundamental para sua implementação e sucesso, e tem como principais objetivos:

- Identificar os progressos na realização (física e financeira) das intervenções/investimentos das Subvenções Globais;
- Identificar os resultados atingidos, avaliar o seu grau de convergência e contributo para os objetivos, metas e resultados esperados;
- Identificar os fatores responsáveis pelos eventuais desvios e, em caso de desvio acentuado, propor medidas adequadas para corrigir a trajetória e promover o ajustamento salvaguardado à luz da evolução das necessidades de intervenção nos diferentes municípios, nomeadamente, em sede de reprogramações;
- Contribuir para a análise prospetiva das necessidades dos territórios, através da atualização regular do conhecimento das mesmas; e
- Identificar novas oportunidades de financiamento que permitam a captação de recursos financeiros a mobilizar para os Planos de Ação.

No já citado Relatório "Operacionalização e Governança da Estratégia de Desenvolvimento Territorial para o horizonte 2030", AMAL, 2022, as funções de monitorização são atribuídas a uma Unidade Operacional que deverá acomodar, entre outras as seguintes tarefas:

- Criar e alimentar regularmente um Sistema de Informação de suporte à monitorização das Subvenções Globais;
- Assegurar a recolha, registo e produção periódica de informação necessária para o cálculo dos indicadores propostos;
- Organizar o cálculo e análise da trajetória dos indicadores e de outra informação qualitativa e quantitativa relevante sobre a execução dos Programas de Ação;
- Criar e manter atualizado um sistema de informação dedicado ao registo e gestão das realizações e resultados dos investimentos e outras intervenções;

- Elaborar Relatórios de Monitorização anuais e outros reportes de informação em resposta a pedidos de informação internos à AMAL e de entidades externas, como a CCDR Algarve/ AG Algarve 2030.

Os indicadores de suporte à monitorização dos instrumentos territoriais deverão desempenhar um papel relevante nos processos de contratualização a negociar e serão de três tipos:

- *Indicadores de realização* - quantificam a execução física e financeira dos Eixos/Medidas/Ações das Subvenções Globais.
- *Indicadores de resultado* - quantificam os efeitos diretos e imediatos das realizações, por referência aos objetivos da Estratégia.
- *Indicadores de impacto*, que não de permitir identificar e quantificar as dinâmicas no território para as quais são esperados contributos dos instrumentos territoriais (Diversificação da atividade económica, Qualificação das Aldeias, Valorização de Recursos e Produtos do território, e Competitividade territorial).

Para além destes indicadores, deverá ser analisado o comportamento de outros indicadores de contexto que revelem a alteração da situação socio económica, indispensável para a análise dos resultados e do impacto esperado, p. ex.: a evolução da população residente e da estrutura etária, a diversificação de atividades económicas, a criação de emprego, a oferta de novos serviços e a certificação de produtos e serviços locais.

A disponibilidade, no Sistema Estatístico Nacional, de uma bateria de indicadores com periodicidade adequada e desagregada à escala regional, constitui um fator crítico para a monitorização dos instrumentos territoriais.

No caso de indicadores comuns para a monitorização de programas nacionais, será necessário assegurar a articulação com as Autoridades de Gestão dos Programas Temáticos e a bateria de indicadores poderá sofrer ajustamentos no que respeita aos indicadores a utilizar, fontes e métodos de apuramento.

O quadro geral de indicadores de realização, resultado e impacto (e de algumas metas) será definido após a aprovação do Plano de Ação pela Autoridade de Gestão do Programa Regional. Este quadro deverá ser, simultaneamente, abrangente (para abarcar as principais dimensões da intervenção e das transformações pretendidas) e compreensível (incluindo um número equilibrado de indicadores, privilegiando a eficiência na atualização dos dados e a clareza da sua interpretação).

De seguida, é apresentado um conjunto de indicadores preliminares de suporte à monitorização dos PADRE II:

Tabela 13. Lista preliminar de indicadores de monitorização

Indicador	Natureza	Unidade
Estratégias de desenvolvimento territorial integrado abrangida	Realização	N.º
População abrangida por projetos no âmbito de EIDT	Realização	N.º
Projeto transversais de âmbito intermunicipal	Resultado	N.º
Instituições em projetos de capacitação institucional e desenvolvimento regional apoiados	Resultado	N.º
Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Realização	Metros Quadrados
Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros)	Resultado	MWh/ano
Capacidade de produção adicional de energias renováveis (elétrica, térmica)	Realização	MWh
Comunidades de energia renovável apoiadas	Realização	N.º
Total de energias renováveis produzidas (das quais: elétrica, térmica)	Resultado	MWh
Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas	Realização	Hectares
Área de terreno reabilitado apoiada	Realização	Hectares
Infraestruturas para combustíveis alternativos (pontos de abastecimento, carregamento)	Realização	N.º
Terrenos reabilitados para zonas verdes, habitação social, atividades económicas e outras utilizações	Resultado	Hectares
População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	Resultado	Pessoas

O processo de avaliação deve assumir um papel fundamental na implementação do PADRE em dois sentidos principais:

- na relação com o planeamento/programação e a monitorização da respetiva execução, verificando em que medida o “caminho” estratégico visualizado está a ser percorrido podendo contribuir para eventuais necessidades de reprogramação;
- na relação com os resultados decorrentes da implementação a estratégia e em que medida o PADRE provocou mudança no território de intervenção.

O modelo de avaliação assenta três momentos-chave:

- **Ex-ante** no sentido de aferir da viabilidade e coerência do planeamento operacional, do envolvimento dos parceiros no próprio mecanismo de avaliação e da pertinência das soluções escolhidas para operacionalizar o Plano de Ação;
- **On going**, porque se tornou imperativo monitorizar a execução da estratégia de desenvolvimento local, reprogramas e aplicar medidas corretivas no sentido de promover eficiência e eficácia;

- **Ex-post** para verificar em que medida esta estratégia foi impactante no território em causa.

O processo de avaliação será, sobretudo, externo, embora assente em modelos participativos envolvendo ao longo do processo os diversos protagonistas (gestão, beneficiários e destinatários-alvo).

Os objetivos da avaliação consistem em fornecer à AMAL e aos parceiros do PADRE II um parecer independente sobre o desempenho e impactos decorrentes da implementação do Plano de Ação PADRE 2025-2027. Através deste processo deverá ser possível incorporar uma apreciação aprofundada à luz dos critérios clássicos de avaliação: relevância, eficiência, eficácia, impacto e sustentabilidade.

2.4.5. Experiência do Promotor e dos parceiros e envolvimento e responsabilidades

A AMAL, pessoa coletiva de direito público e natureza associativa, é formada pelos Municípios do Algarve - Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, S. Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António.

Em março de 1992 foi constituída a Associação de Municípios do Algarve, atualmente designada por Comunidade Intermunicipal, de acordo com o disposto no Estatuto das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Os atuais estatutos foram publicados na 2.ª Série do Diário da República, em 20 de junho de 2016.

A AMAL desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento regional na região do Algarve, através de diversas missões e atividades:

Missão da AMAL

A AMAL tem como missão promover a cooperação entre os municípios do Algarve, fomentar o desenvolvimento sustentável e equilibrado da região, e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. A comunidade intermunicipal trabalha para potenciar a identidade regional, valorizando os recursos naturais, culturais e sociais.

Atividades Principais

- **Planeamento e Gestão Territorial** - A AMAL coordena iniciativas de planeamento regional contribuindo para um desenvolvimento harmonioso e sustentável;
- **Promoção do Algarve** - A AMAL promove iniciativas que valorizam o património cultural e natural da região;

- **Desenvolvimento Económico** - A AMAL apoia a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento de atividades económicas;
- **Sustentabilidade Ambiental**- A AMAL implementa projetos que visam a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade, promovendo práticas de gestão integrada de recursos naturais e a sensibilização ambiental;
- **Parcerias e Cooperação temática e territorial** - refletem o compromisso da AMAL em promover um desenvolvimento integrado e sustentável para o Algarve.

As questões relativas à regulação regional/municipal ao serviço da resiliência e da qualificação competitiva do território em função dos processos de consolidação da transferência de competências para a CIM e os Municípios.

Relativamente a competências que se afiguram cruciais na ótica deste Plano de Ação em causa, a AMAL tem a experiência de Coordenação do PADRE I (avaliado e auditado) e um conjunto significativo de ações e projetos nos domínios do desenvolvimento económico, ambiental, energético e natural (em particular nos domínios da água, cogestão de áreas naturais, floresta, proteção civil, mobilidade e animação dos territórios). Para além disso assegura a coordenação e articulação com projetos de dimensão territorial nestes territórios.

Neste contexto, a AMAL propõe-se aprofundar os seguintes objetivos operacionais:

- Promover soluções intermunicipais de novos serviços no domínio da energia e novas áreas digitais);
- Fomentar condições de desenvolvimento de novas competências no tecido institucional de base local;
- Promover processos de capacitação de redes reforçando a participação das comunidades e populações locais.

